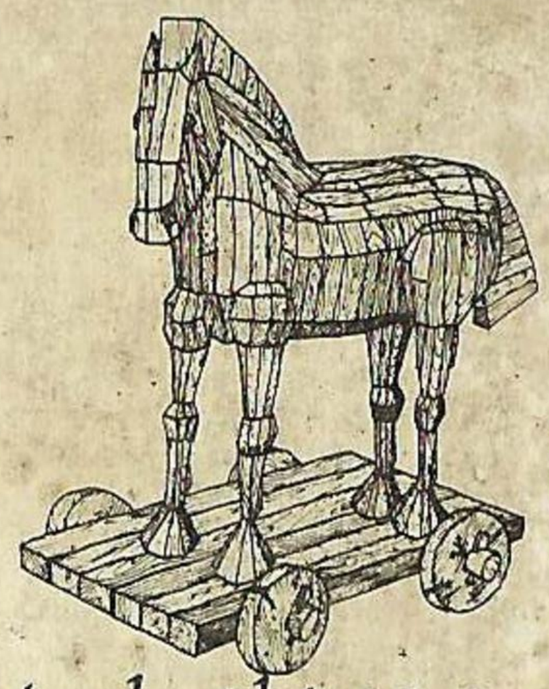
A Revolução Russa 1917-1921

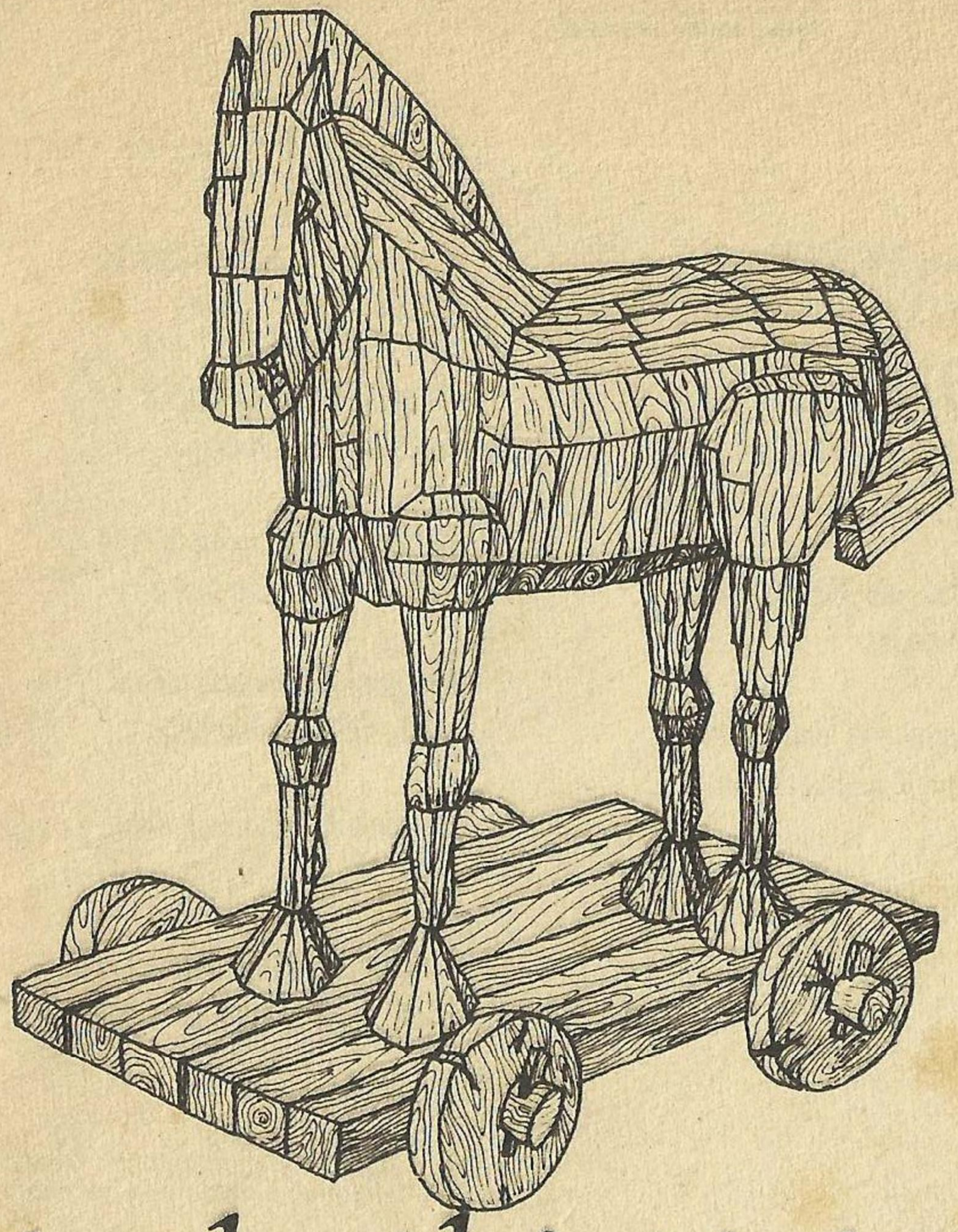
Daniel Aarão Reis Filho



tudo é história
61

editora brasiliense

4.ª edição



tudo é história

61

LEITURAS AFINS

Coleção Primeiros Passos

Marxismo Heterodoxo
Maurício Tragtemberg (org.)

O Ocidente diante da Revolução Soviética
Marc Ferro

A Revolta de Kronstadt
Henri Arvon

Socialismo ou Barbárie
Cornelius Castoriadis

O que é Comunismo
Arnaldo Spindel

O que é Ideologia
Marilena Chaui

O que é Revolução
Florestan Fernandes

O que é Socialismo
Arnaldo Spindel

O que é Stalinismo
José Paulo Netto

O que é Trotskismo
José Roberto Campos

Coleção Primeiros Vôos

A Crise da Crise do Marxismo
Perry Anderson

Coleção Encanto Radical

Karl Marx
O apanhador de sinais
Horácio González

Daniel Aarão Reis Filho

A REVOLUÇÃO RUSSA 1917-1921

4.ª edição

editora brasiliense

Copyright © by Daniel Aarão Reis Filho, 1983
Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada, armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada, reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer sem autorização prévia do editor.

ISBN: 85-11-02061-6
Primeira edição, 1983
4.ª edição, 1989

Revisão: José W. S. Moraes e Silvana C. Leite
Capa: 123 (antigo 27) Artistas Gráficos

brasiliense

Rua da Consolação, 2697
01416 São Paulo SP
Fone (011) 280-1222 - Telex: 11 33271 DBLM BR

IMPRESSO NO BRASIL

ÍNDICE

Introdução 7
A Rússia dos czares 9
A revolta contra o czarismo 22
A I grande guerra e a revolução de fevereiro ... 38
As crises de abril, julho e agosto 49
A insurreição de outubro 60
A consolidação dos bolcheviques no poder 77
A revolução russa e o mundo — 1917-1921 101
Rumo ao socialismo num só país 112
Indicações para leitura 114

A Lucia e a Daniel,
mais que mãe e pai, amigos.

INTRODUÇÃO

Estudaremos a revolução russa em dois livros. No primeiro, começamos com a análise da Rússia czarista e da tradição revolucionária, Caps. 1 e 2. O Cap. 3 é dedicado à I Grande Guerra e à queda do czarismo. O ano crítico de 1917 e a insurreição de outubro são estudados nos Caps. 4 e 5, e os primeiros meses do novo poder, a guerra civil e a consolidação dos bolcheviques, no Cap. 6. Encerra o livro o relato da política internacional do governo soviético, Cap. 7.

As datas obedecem ao calendário juliano utilizado na Rússia — há uma diferença de treze dias em relação ao calendário gregoriano introduzido por uma reforma papal no seio do cristianismo e adotado pelo mundo capitalista. Assim, a insurreição de 24 de outubro realizou-se em 7 de novembro para os europeus ocidentais. O governo soviético adaptaria em fevereiro de 1918 o calendário, e as diferenças

desapareceriam. As medidas russas de peso e de superfície foram convertidas em toneladas e hectares. Os dados e citações foram extraídos das obras de Carr, Ferro, Grosskopf e Medvedev, mencionadas na bibliografia.

Os caminhos de análise da revolução russa são problemáticos. É difícil escapar do insulto e da apologia. Muitos não querem, não podem ou não se interessam em compreender a primeira revolução socialista vitoriosa. Outros dispõem-se a estudá-la, mas em pequenos círculos, escondendo-se como avestruzes, para não fazer "o jogo do inimigo". No fundo, são elitistas. Desprezam a capacidade de avaliação crítica que o povo tem.

Tentamos desvendar véus. Desnudar o rei para avaliá-lo sem piedade e sem antipatia. Sem histórias retrospectivas, reescritas a cada crise, a cada depuração. Sem julgamentos pedantes e sem preocupações em provar ou rejeitar teses previamente elaboradas. A reflexão crítica sobre as experiências revolucionárias ajuda a compreender o presente. E prepara melhor as pessoas para a construção do futuro, sem fantasias e mistificações.

A RÚSSIA DOS CZARES

A Rússia czarista era uma sociedade agrária, constituída por múltiplas nacionalidades, roída por dentro pelo desenvolvimento do capitalismo e dominada por um Estado autocrático todo-poderoso.

A propriedade da terra abrange cerca de 300 milhões de hectares e divide-se em partes aproximadamente iguais entre proprietários particulares — grandes (nobreza e burguesia) e pequenos — e as Comunas Rurais, que agrupam os camponeses por aldeias.

As Comunas Rurais, forma ancestral de organização social, foram institucionalizadas pelo Estatuto de Abolição da Servidão, em 1861. A lei as encarregou de comprar terras para a constituição de um Fundo Comum inalienável e que deveria ser redistribuído periodicamente entre os camponeses.

As Comunas Rurais garantiam a ordem pública e a propriedade e organizavam os serviços fiscais e parafiscais do Estado. Cada Comuna dispunha de uma Assembléia de Chefes de Família. Representantes de dez aldeias constituíam um nível superior e elegiam, por sua vez, delegados. Estes formavam o elo de ligação entre as Comunas e as autoridades do poder central. Os camponeses eram solidários nas obrigações e no respeito à ordem. As faltas de qualquer um eram assumidas pela aldeia.

Tratava-se de uma estrutura engenhosa, fruto de pressões contraditórias. Os camponeses queriam a abolição da servidão, mas desejavam manter a terra em que trabalhavam. Os senhores de terra anteviam a ruína caso perdessem "seus" camponeses e as terras em que estes trabalhavam. O Estado czarista formulará uma solução aparentemente intermediária mas que, na prática, beneficiaria os senhores de terra.

A lei obrigará as Comunas Rurais a comprarem as terras que os senhores quiserem vender, por um preço fixado por estes. As terras serão quase sempre menores em extensão e piores em qualidade que as que já eram trabalhadas pelos camponeses antes da abolição da servidão. O Estado financiará a compra, mas as prestações serão tão pesadas que os camponeses, para pagá-las, terão de trabalhar para os senhores de terra.

Outras tendências agravarão o quadro: ao efetuar a distribuição dos lotes no interior da Comuna, a Assembléia de camponeses beneficiará determinados indivíduos, na medida em que os lotes não são iguais em qualidade. É inevitável que se produza, assim, com o passar do tempo, uma certa diferenciação social nas aldeias. Além disso, os camponeses mais favorecidos aprofundam a dependência dos demais através de empréstimos de sementes, animais e dinheiro. Como se não bastasse, o aumento da população rural — que duplica entre 1861 e 1914 — complica a situação. Finalmente, um dispositivo legal previra a possibilidade de aquisição de lotes pelos camponeses que fossem capazes de pagá-los de uma vez, favorecendo os mais ricos. É evidente que todos estes fatores, inerentes à dinâmica interna de cada Comuna, contribuirão para a sua desagregação.

Mas será um processo lento. Os camponeses defendem a Comuna. Os mais ricos beneficiam-se do processo de lenta dissolução. Os mais pobres mantêm a ilusão da propriedade, mínima que seja. Os senhores de terra também se interessam pela Comuna — ela é um reservatório de força de trabalho. E o Estado a considera insubstituível no controle da ordem e na execução das tarefas fiscais. Por isso é que se hesita em acelerar o processo de sua destruição. Em dois momentos — 1903 e 1906 —, tentativas reformistas conduzidas por Witte e Stolypin ameaçarão as Comunas. As reformas de Stolypin chegarão mesmo a prever seu desaparecimento. Mas a Comuna sobreviverá, embora desfigurada, até a revolução de 1917.

O camponês russo vive numa situação deplorável: pequenos lotes, rendimentos baixíssimos, técnicas arcaicas, analfabetismo, má nutrição, doenças,

fome, epidemias; ele é a principal vítima do sistema social.

Os senhores de terra também sofrerão um lento processo de declínio. O controle da nobreza sobre a propriedade da terra cairá de 67,1% para cerca de 44,5%, entre 1887 e 1911. Na cúpula do poder há perda gradual de posições. O mesmo acontece nos níveis superiores do ensino. Trata-se de uma classe em decadência, embora conservando influência na sociedade e no Estado. É como se a miséria dos camponeses e a progressiva dissolução das Comunas Rurais estivessem arrastando em sua queda o pólo social antagônico. Na verdade, o sistema arquitetado em 1861 estava sendo corroído por um processo de outra natureza: o desenvolvimento do capitalismo na Rússia.

O capitalismo industrial na Rússia se desenvolvia basicamente em dois setores: a indústria têxtil, mais tradicional, em Varsóvia, Lodz, Petrogrado e Moscou, havendo também, a leste de Moscou, uma província industrial dedicada à produção de bens de consumo imediato. E a indústria metalúrgica, incluindo indústria pesada e produção de bens de produção, concentrava-se na região dos Urais e na bacia do Don, destacando-se esta última como a mais moderna e dinâmica.

A concentração geográfica combina-se com a concentração do emprego fabril: 24,5% dos operários estão em empresas de mais de mil trabalhadores

e 9,5% em fábricas que empregam entre quinhentos e mil. A Alemanha, que detinha os índices mais elevados de concentração industrial da Europa, apresentava para as mesmas categorias os percentuais de 8,1% e 6,1%.

No entanto, as indústrias russas são gigantes de pés de barro, ilhas urbanizadas num oceano rural. Na virada do século, cerca de 103 milhões de pessoas vivem no campo, ou seja, 79% da população. É verdade que não se pode subestimar o crescimento da população urbana, que quase duplica em pouco menos de 19 anos — de 11 milhões para 21 milhões, em números redondos. Mas todas as lendas a respeito do peso "qualitativo" do operariado industrial não poderão fazer esquecer dados básicos, como, por exemplo, o fato de que 75% da força de trabalho ocupada na indústria é recrutada em distritos agrícolas vizinhos, conservando ligações com sua origem rural, o que se manifesta em constantes vaivéns entre o campo e a cidade, de acordo com as possibilidades de emprego. A proporção inverte-se quando se trata de Petrogrado e Moscou, mas estes centros são exceções que confirmam a regra. Às vésperas da I Guerra, embora a produção industrial estivesse crescendo num ritmo mais elevado que a produção agrícola, a participação desta na renda nacional atingia ainda 45,3%, limitando-se aquela a 21%. Outros pontos fracos: a indústria de bens de produção está longe de ser o fator dinamizador do parque industrial existente. A vital indústria de transportes continua insuficiente. Mas a indústria russa é essencialmente dé-

bil, porque depende de duas forças que escapam de seu controle: o capital internacional e o Estado czarista.

O capital internacional domina a tecnologia utilizada, controla 72% dos investimentos diretos no setor metalo-mecânico e registra um crescimento significativo até mesmo no setor têxtil, tradicional campo de ação do capital russo. A penetração do capital estrangeiro também se faz pela via do financiamento. Uma série de bancos estrangeiros instalados na Rússia desempenha papel ativo no crédito industrial.

O Estado czarista atua como intermediário entre o capital internacional e a indústria, garante encomendas e lucros e define políticas de estímulo direto ao desenvolvimento do parque industrial — crédito, estímulos fiscais etc., além de criar condições econômico-financeiras favoráveis —, reformas monetárias, estabilização de preços etc. Mas, acima de tudo, o Estado garante a ordem e a paz social. Até a insurreição de 1905, a classe operária russa não tem direito a se organizar nem em sindicatos. Só daí em diante é que os sindicatos serão reconhecidos, mas o Estado conservará ampla margem de intervenção. As greves são proibidas, sob pena de prisão. A jornada de trabalho vai de 12 a 15 horas e não há garantia de assistência social. Os salários são baixos se comparados à Europa, embora os operários russos trabalhem muitas vezes em níveis análogos de produtividade. Em algumas regiões, aliás, os salários continuam sendo pagos em gêneros.

O capitalismo russo tem também uma face rural. A abolição da servidão abriu um florescente mercado de terras, e uma proporção cada vez maior da produção é comercializada no mercado. Os camponeses são obrigados a vender parte importante de sua produção para obter os meios com os quais pagarão os impostos, a amortização das terras compradas pelas Comunas Rurais e os produtos industrializados fabricados nas cidades. Os circuitos comerciais são ainda vitalizados pela crescente exportação de cereais — 16% da produção bruta, o que significa 88% das exportações totais russas, e cerca de 37% do total dos cereais comercializados no mercado internacional. A Rússia assume o papel de celeiro da Europa capitalista. Todos estes fatores, como se poderá concluir, contribuem também para a dissolução das Comunas Rurais. Insista-se, porém, que se trata de um processo lento. Na verdade, mesmo ali onde o capitalismo desponta, ele ainda se combina, em larga medida, com formas pré-capitalistas de produção e organização social. Se isto é válido para a própria produção industrial urbana, o que não dizer do avanço do capitalismo no campo? Operários e camponeses, que se encontram na base da pirâmide social, é que mais sofrerão com a combinação das formas capitalistas e pré-capitalistas de exploração.

A situação torna-se ainda mais grave para as nacionalidades não-russas — 57% da população — que vivem oprimidas nas fronteiras do Império czarista.

A expansão russa sob direção do czarismo submete, a ocidente, poloneses, ucranianos, bielo-russos, letões, estonianos, lituanos e finlandeses. Na região do Cáucaso, georgianos, armênios e azerbaidjanos. Na Ásia central caem sob dominação o Kazaquistão, o Turquestão, as regiões a sudeste do mar Cáspio, os territórios de Bukhara e Khiva, a Turquemênia e o Pamir. No extremo-oriente, o Estado czarista arranca do controle do Império chinês as províncias de Amur e Marítima, ocupa a Sakhalina, estabelece posições avançadas em Port Arthur e transforma a rica e vasta Mandchúria, no nordeste da China, em área de influência.

Trata-se de uma tendência multissecular que combinará objetivos político-estratégicos com a procura de mercados favoráveis para aplicação de capitais e venda de produtos.

O Estado czarista despreza a língua, as tradições, os valores e a cultura das nacionalidades não-russas. A ortodoxia cristã russa esmaga as demais religiões — judaísmo, catolicismo, islamismo e protestantismo. A partir de 1881 adotar-se-á uma política de radical russificação em relação às nacionalidades não-russas. O ensino, a justiça, o teatro, a literatura, só poderão exprimir-se em russo. O acesso ao funcionalismo será reservado a russos ou a "alógenos" devidamente russificados.

O desenvolvimento do capitalismo industrial não atenuará o processo. Nas novas cidades industriais do Cáucaso, da Ucrânia etc., a maioria dos quadros dirigentes e a maioria dos operários qualificados é de origem russa, reservando-se aos não-russos as tarefas mais penosas e degradantes. Em muitas regiões, de desenvolvimento recente, a contradição entre o campo e a cidade será recoberta pela contradição entre russos e não-russos. Além disso, as migrações de camponeses russos, estimuladas pelo Estado, formarão verdadeiras "colônias" nas regiões anexadas, expulsando-se os "alógenos" das melhores terras.

A opressão das nacionalidades não-russas recebe a cobertura da ideologia nacionalista grã-russa: justifica-se o processo pela superioridade "natural" do povo russo, celebrado por sua "destinação divina".

O Estado czarista dirige o expansionismo que é, aliás, uma das condições de sua existência. A análise desta todo-poderosa autocracia é importante para a compreensão da Rússia anterior à revolução de 1917.

O Estado czarista surge no decorrer do século XV no contexto da luta contra a dominação mongol. A sua história é uma história de sucessivas guerras de defesa e de conquista, através das quais se fortalecerá seu caráter centralizado e despótico. A própria nobreza se tornará dependente das políticas estatais e, com o tempo, o Estado se reservará o direito de atribuir terras e títulos nobiliárquicos. Cria-se igualmente a nobreza de serviço formada pelos funcionários que atingem um determinado grau na hierarquia.

Mais tarde, o Estado czarista desempenhará papel decisivo na abolição da servidão, ou seja, na constituição do campesinato como classe livre perante a lei, e no desenvolvimento do capitalismo na Rússia. A sombra do Estado russo se ergue assim por sobre as classes dominantes do Império, conformando-as como classes estruturalmente acanhadas do ponto de vista político. Isto é particularmente verdadeiro em relação à burguesia, sem tradição, sem perfil próprio, como que envergonhada de si mesma, sempre debaixo do manto protetor do czarismo.

O regime político czarista é ditatorial. Prevalecem os instrumentos jurídicos de exceção, como o Estado de Sítio, promulgado em 1881, ou o Estado de Proteção Reforçada, de 1883, que vigorarão até 1917 e que significam: ausência de liberdades individuais, julgamento de causas civis por tribunais militares, penas de prisão ou de exílio por decisão administrativa, censura à imprensa. O ensino é elitista e estritamente controlado.

Os órgãos estatais não passam pelo crivo das eleições. O Conselho de Ministros é responsável perante o czar, o mesmo acontecendo com os governadores das províncias. O czar governa por decretos — os *ukazes* — insuscetíveis de questionamento.

As únicas estruturas que oferecem um certo contrapeso ao absoluto poder do czar foram criadas por pressão da nobreza e da burguesia urbana: são as assembléias distritais e provinciais (os *zemstvos*, que datam de 1864) e as assembléias municipais (as *dumas*, instituídas em 1870). Mas o poder de tais organismos é limitado. Depois de 1905, pressionado pelo movimento revolucionário, o czarismo criará um parlamento nacional ou *Duma Imperial*. Mas nunca se afirmará, não passando de um arremedo dos parlamentos burgueses da Europa ocidental, sempre tolhido e ameaçado pelo regime repressivo.

O Estado apóia-se na burocracia civil e militar. Todos os funcionários são nomeados e não se sujeitam a nenhum tipo de controle. A corrupção, a arrogância e a brutalidade são características típicas da burocracia russa.

O exército é numeroso, mas débil. A estrutura econômica da Rússia determina a fraqueza de suas forças armadas em relação aos países capitalistas europeus. O capitalismo alterou a dinâmica das guerras convencionais. Elas passam, cada vez mais, a depender da estrutura produtiva de cada país: canhões, armas, munições, uniformes, botas, transportes, navios etc., dependem de um parque industrial e influem mais no destino deste tipo de guerra que o gênio dos generais.

Mas o exército é eficaz na repressão aos camponeses, aos operários e às nacionalidades não-russas. Nesta função é auxiliado pela polícia política — a *Okhrana*, abreviatura das "Seções para a proteção da ordem e da segurança públicas", criadas em 1883 — e pelos regimentos cossacos, especialistas na repressão às revoltas populares.

Outra instituição que contribui para a ordem pública é a Igreja Ortodoxa. Dirigida por um Santo Sínodo, sediado em Petrogrado, a Igreja é contro-

lada, na prática, pelo Estado, que lhe outorga subsídios e concessões de terras, e se faz representar junto ao clero pelo procurador geral do Santo Sínodo. A Igreja é responsável por boa parte do ensino elementar e entretém o povo num espírito profundamente religioso.

O Estado czarista não se mantém apenas pela força. A ideologia que cimenta o conjunto destas instituições tem eficácia própria, inibindo resistências e contestações e induzindo ao conformismo e à resignação.

O primeiro aspecto a ser destacado é o culto ao czar, "paizinho" e representante de Deus na Terra. Em seu desespero, a população tenderá sempre a crer no fato de que o czar ignora suas condições, sendo enganado pelos nobres e funcionários que o circundam. Os métodos do regime, secretos e místicos, acentuam o perfil semidivino do autocrata, bondoso e terrível como o próprio Deus.

Um outro aspecto da ideologia dominante é a celebração da superioridade dos russos, última trincheira da fé cristã num mundo cada vez mais pagão. Em determinados momentos o orgulho nacional grão-russo será complementado pelo culto à raça eslava, que teria uma missão civilizadora de alcance universal.

Ideologia e repressão se combinam na manutenção da ordem. A primeira tenta veicular a legitimidade da dominação, interiorizando-a como inevitável nas mentes e nos corações dos oprimidos e dos explorados. A segunda contém, desorganiza, prende

e aniquila, quando é o caso, os descontentes e os "agitadores".

Uma e outra, porém, serão incapazes de anular as tendências de crítica e de revolta dos povos e classes do Império russo.

A REVOLTA CONTRA O CZARISMO

Os movimentos sociais camponeses e operários constituem o aspecto mais importante na luta contra o czarismo. Mas a insatisfação com o regime atinge as próprias elites sociais, principalmente a intelectualidade.

A perspectiva de uma revolta camponesa atemorizava os senhores de terra e o Estado czarista. O programa do movimento camponês em fins do século XVIII, liderado por Pugatchev, propunha a distribuição de terras, o extermínio dos nobres, a abolição da servidão e dos impostos e a libertação das nações oprimidas. Muito depois de ter sido aniquilado, permanecia como um tema obsessivo das elites sociais.

Os camponeses voltariam a ameaçar quando da reforma que aboliu a servidão. Em 1858, registraram-se sublevações em 25 províncias. Depois da reforma as revoltas explodiriam em várias regiões contra as modalidades de distribuição das terras, contra o pagamento dos impostos e das prestações. Na província de Kazan, 300 camponeses são massacrados em Bezdna. Mais de metade das Comunas Rurais serão definidas por ato unilateral das autoridades — os camponeses recusavam-se a assinar as "Cartas Regulamentares" que as instituíam.

Em 1891, o movimento camponês voltaria a se manifestar contra a obediência às leis e às autoridades. Em 1902, registram-se revoltas nas províncias de Poltava e de Kharkov. Em 1904-1905, durante a primeira fase da revolução, os camponeses se levantariam em torno de suas reivindicações: terras, menos impostos, melhores condições de vida.

As contradições no campo criam um clima endêmico de revolta. Isto não significa que a ordem czarista estivesse sempre periclitando. As revoltas eram violentas, mas rápidas e localizadas, e a força do mito czar-paizinho induzia à resignação depois das bruscas explosões. Entretanto, a incapacidade do Estado em tomar iniciativas reformistas de longo alcance amadurecia a possibilidade que os senhores de terra mais temiam: a revolta generalizada do movimento social camponês.

O movimento das nacionalidades não-russas assume também um caráter de luta camponesa, mas combina as reivindicações por terra com aspectos nacionais. Elementos da intelectualidade integram-se à luta, mas a participação das elites nobres e burguesas é episódica: a dominação aproximava tais

setores, na condição de sócios menores, da nação russa opressora.

A política de russificação adotada pelo czarismo condiciona as formas de luta: revoltas pela retomada das terras concedidas aos colonos russos; pela utilização da língua nacional nos atos jurídicos e administrativos, no teatro e na literatura; pela organização do ensino na língua materna; pela defesa dos valores, das tradições, da religião, espezinhados pelo nacionalismo grão-russo.

A questão nacional também se manifestaria na organização dos partidos operários. Os primeiros partidos social-democratas foram formados por vanguardas não-russas: o Partido Social-Democrático do reino da Polônia, em 1893; a União Geral dos Trabalhadores Judaicos — o *Bund*, em 1897. O próprio POSDR — Partido Operário Social-Democrático da Rússia — enfatizaria no nome o objetivo de reunir operários de todo o Império.

As nacionalidades não-russas participariam do processo de 1905, e com tal vigor, que se tornou impossível, desde então, ignorar suas reivindicações.

O movimento operário começa a aparecer em meados do século XIX. As primeiras manifestações parecem revoltas camponesas — explosões de violência, execução de patrões, destruição de máquinas. As manifestações acabarão inspirando a formação das primeiras organizações, como a União Setentrional dos Operários Russos, dirigida por dois operários qualificados, Khalturin e Obnorski.

Na década de 80 do século XIX, o movimento adquirirá maior consistência. A greve nas fábricas Morozov, na província de Vladimir, em 1885, marcará a transição para um estágio mais avançado: fixação de programas reivindicatórios, greves maciças e prolongadas, articulação com outros setores sociais etc.

O primeiro ascenso significativo se verificará entre 1894 e 1897. Os operários têxteis de Petrogrado se destacarão em 1896 — 40 mil grevistas, alcançando um ligeiro aumento salarial e a redução da jornada de trabalho de 14 para 12 horas. O Estado czarista recusava-se a admitir a existência dos operários, mas a revolução de 1905 mostraria que era impossível ignorá-los: 1 843 000 grevistas em 1905, 1 191 000 em 1906-1907. Entre 1908 e 1911, prevalece a contra-revolução: 113 mil grevistas em 4 anos. Mas o movimento ressurgiria desde 1912 com o novo surto de desenvolvimento industrial: 1 052 000 grevistas em 1912/1913, e cerca de um milhão no primeiro semestre de 1914. Não se esqueça o fato de que as greves eram proibidas na Rússia e que elas não resumem o conjunto do movimento, mas indicam apenas formas extremas de manifestação.

Os operários russos acumularão notável experiência de luta e organização, sendo responsáveis pela criação dos *soviets* (conselhos) de deputados operários, em 1905.

O desenvolvimento do capitalismo, ao nível intermediário da sociedade, ampliava categorias sociais tradicionais — médicos, advogados, jornalistas, professores — e criava novos estratos — empregados qualificados na indústria, técnicos superiores etc. Com os estudantes, que se destacariam na denúncia dos preconceitos e dos valores culturais, formavam a *intelligentsia*, indomável em seu espírito de luta. A maior parte dos quadros políticos dos partidos socialistas virá destes setores.

Mesmo na cúpula da sociedade, setores liberais da nobreza e da burguesia questionarão, sempre com moderação, é verdade, o regime czarista, pressionando, em momentos críticos, por reformas conduzidas de cima para baixo. Preocupados em salvar os dedos, dispunham-se a conceder alguns anéis.

A Revolução de 1905

Em fevereiro de 1904, começará a guerra russo-japonesa pelo controle do nordeste da China. A esquadra russa no Pacífico é desmantelada em Port Arthur e Vladivostok. Em março de 1905, a batalha de Mukden favorece os japoneses, mas é em maio que o desastre se precipita: uma nova esquadra, vinda da Europa, será massacrada no estreito da Coréia, na batalha de Tsuxima.

A mobilização de tropas e as exigências da luta acentuariam as contradições sociais, já em 1904. Em janeiro de 1905, há 250 mil grevistas em Petrogrado. O padre Gapon convoca uma manifestação pacífica para o domingo, 9 de janeiro. Pretende-se canalizar a insatisfação, levando ao czar um abaixo-assinado de mais de cem mil assinaturas. O povo reivindica melhores condições de vida e de trabalho, direito de greve, reforma agrária e uma Assembléia Nacional. As autoridades não recebem os manifestantes e mandam atirar no povo. A fuzilaria faz mais de mil mortos — é o domingo sangrento da revolução de 1905.

Levanta-se uma onda de greves e de protestos contra o massacre. Os fracassos militares agravam a situação. A guerra contra o Japão não parece entusiasmar a população. As nacionalidades não-russas formulam reivindicações e se movimentam. A convergência objetiva das lutas sociais e nacionais, embora descoordenadas, põe em risco a estabilidade das instituições. As elites sociais, reunidas num congresso de *zemstvos*, em Moscou, em junho de 1905, pedem uma Assembléia, eleita por sufrágio universal. Enquanto o czar tergiversa, nomeando comissões para estudar o assunto, a crise se aprofunda. Os marinheiros se revoltam, registrando-se o episódio do encouraçado Potemkin.

Mas o Estado parece compreender o perigo. Em setembro, assina-se um tratado com o Japão: a Rússia cede a ilha Sakhalina e Port Arthur, a estrada de ferro do sul da Mandchúria e reconhece o protetorado

japonês sobre a Coréia. O czar perdia a face, mas não o trono. O exército, batido e desmoralizado nos campos de batalha, teria oportunidade de recuperar o moral reprimindo o povo desarmado nas ruas.

A crise do poder estimulara o movimento popular. Em outubro, há uma nova onda de greves. Os operários criam os *soviets*. Em Petrogrado, 550 deputados representam 250 mil operários.

Mas, concluída a paz, o poder se reorganiza: as milícias paramilitares das Centúrias Negras promovem atos terroristas e, na frente política, o czar decide-se, afinal, por concessões: o manifesto imperial de 30 de outubro de 1905 promete respeito pelas liberdades individuais, a convocação de uma Assembléia — a *Duma* pan-russa — e uma reforma agrária. O manifesto e as promessas atenuam o ritmo do movimento social, em declínio desde o anúncio da paz. Os setores liberais recuam para uma posição de expectativa.

Os marinheiros de Kronstadt e de Sebastopol voltam à luta em novembro, mas são vencidos. O czarismo percebe o declínio do movimento e ataca o núcleo de suas organizações: em dezembro, dissolve os *soviets*.

Em Moscou, porém, houve resistência. O *soviet* local proclama a insurreição contra a autocracia. Durante 14 dias, de 19 de dezembro de 1905 a 2 de janeiro de 1906, isolados, os operários controlarão a cidade e resistirão às investidas do exército. Serão por fim esmagados. Terminava no sangue, como se iniciara, o processo revolucionário de 1905.

Restabelecida a ordem, o czarismo restringiria o alcance das promessas. As Leis Fundamentais, outorgadas em maio de 1906, proibiam a Assembléia de influir no orçamento e na política externa e mantinham o governo responsável apenas perante o czar, que teria o direito de dissolver a *Duma*. Quanto à reforma agrária, o programa de Stolypin beneficiaria de fato uma pequena camada de camponeses ricos.

O processo de 1905 revelara a timidez política da burguesia e dos setores liberais. Mostrara que os operários isolados não teriam chances de enfrentar com êxito o Estado. A convergência dos camponeses e das nacionalidades não-russas provara-se indispensável para derrubar o sistema. O processo de 1905 ainda criara a experiência dos *soviets*. O mundo voltaria a ouvir falar destes órgãos de poder popular. Finalmente, a guerra surgira como fator determinante na desagregação do regime. A guerra, mais do que as crises econômicas, fora o grande acelerador da revolução na Rússia. O czarismo saía vencedor do embate. Mas não extirpara as contradições sociais que haviam produzido a revolução nem aniquilara os partidos políticos populares.

As correntes políticas: populismo e marxismo

As correntes políticas de oposição ao regime diferiam em objetivos e organização, mas as circuns-

tâncias em que lutavam impunham aspectos comuns: a fragilidade da democracia interna, determinada pela clandestinidade em que agiam, o exílio dos dirigentes de primeira grandeza e a presença maciça de elementos oriundos da *intelligentsia* em seus aparelhos de direção.

O *populismo* é a corrente de maior tradição. Herzen e Tchernychevski formularam nos anos 60 as suas duas grandes teses: a via russa para o socialismo passava pela Comuna Rural e os camponeses seriam os agentes do processo, cabendo aos intelectuais educá-los e organizá-los. Estas idéias deram um fruto partidário: a organização Terra e Liberdade que não sobreviveu à desconfiança do camponês e à eficiência da polícia política.

Os anos 70 trariam novos teóricos e organizações. Para Bakunin o povo era socialista por instinto e revolucionário por natureza. Cabia aos intelectuais dirigi-lo e derrubar o czarismo, ajudando a formar uma federação de Comunas Rurais com um mínimo de aparelhos centrais. Lavrov aconselhava um trabalho de propaganda de longo prazo. Já Tkatchev insistia em uma organização sólida. Em 1874 um movimento de estudantes e intelectuais de "ida ao campo" para "conhecer o povo" cunharia o nome "populismo", de *narod*, povo. A tentativa fracassa frente à desconfiança do camponês e à ação policial.

Atribuindo a má sorte à falta de organização, um grupo de intelectuais reconstruiria, em 1876, a Terra e Liberdade. O deslocamento para o campo seria mais bem organizado. Os militantes iriam como

médicos, parteiras, professores, formariam cooperativas para influenciar o camponês. A organização, com o tempo, dividiu-se em duas vertentes: a Partilha Violenta, dedicada à propaganda, e o Comitê Executivo, depois chamado A Liberdade do Povo, especializado na eliminação de autoridades. Chegarão a justiçar um czar, Alexandre II, em 1881. Mas ambas as vertentes acabarão dissolvidas.

O movimento de ida ao campo renasceria em 1891, também sem êxito. Apareceu então o populismo legal, pregando o caminho da persuasão, mas a proposta não vingou porque o czarismo não era sensível ao diálogo.

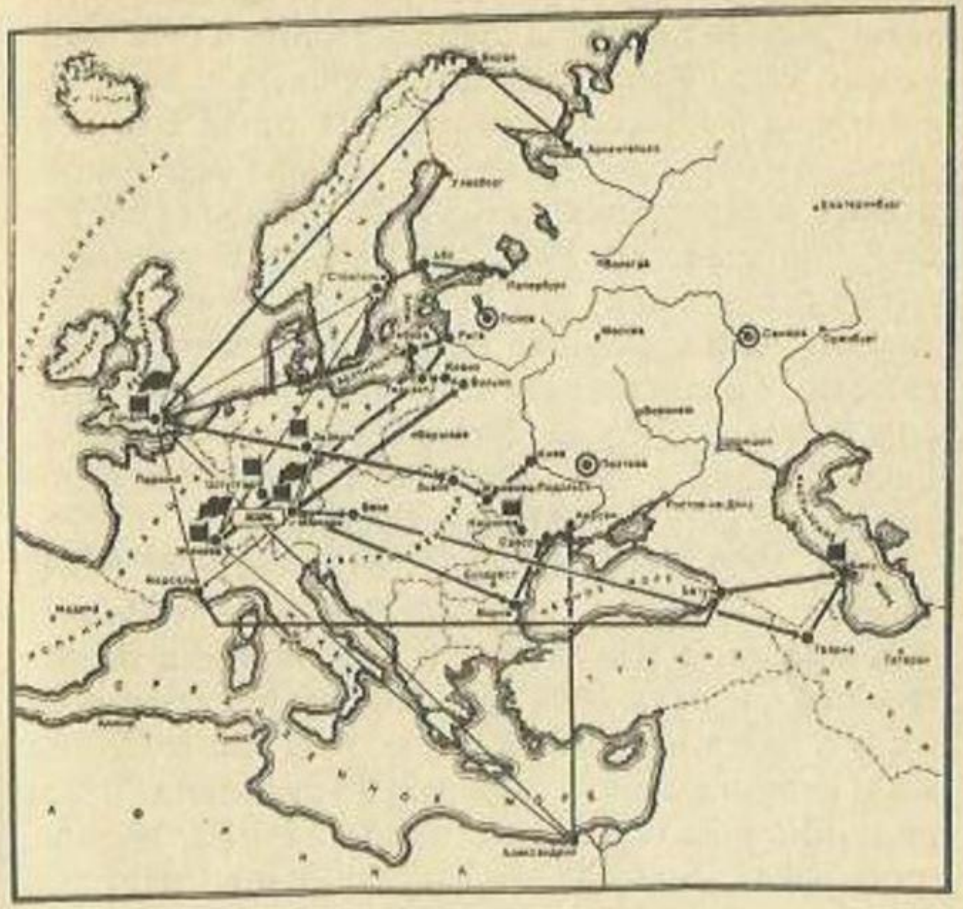
Em 1897, um grupo de Kiev adotará o nome de Socialistas-Revolucionários. Depois de várias tentativas, será formalmente fundado o Partido Socialista-Revolucionário em 1901. Trata-se de uma confederação de grupos locais, admitindo-se todas as variantes do populismo, inclusive os partidários da ação direta. Os SRs aceitam as reivindicações democráticas e propõem uma frente ampla de classes para vencer o czarismo. Sua base social é formada por camponeses médios e ricos e por intelectuais de classe média que trabalham no campo — médicos, agrônomos, funcionários etc. Apesar de repetidos cismas, será o partido mais numeroso da Rússia e, o que é mais significativo, com fortes raízes no mundo rural.

O *marxismo* surge como partido em 1883, com a fundação do grupo Emancipação do Trabalho, dirigido do exílio por G. Plekhanov, V. Zassulitch e P. Axelrod, egressos do populismo. Parte da pre-

missa de que o capitalismo já corroera a estrutura das Comunas Rurais. O socialismo viria como superação do capitalismo, baseado na classe operária. Os populistas não passavam de utópicos, insistindo em reviver as Comunas Rurais, já decompostas pelo avanço inexorável do modo de produção capitalista.

O crescimento industrial e as greves operárias pareciam dar razão aos marxistas. Em 1895, forma-se em Petrogrado a União de Luta pela Libertação da Classe Operária, dirigida por Martov e Ulianov, o futuro Lenin. O exemplo é seguido em outras cidades. Em 1898, em Minsk, realiza-se o I Congresso do POSDR — Partido Operário Social-Democrático da Rússia. Todos os delegados presentes seriam presos pouco depois, mas a semente fora lançada e a repressão não conseguiria mais destruir o marxismo como tendência política.

Surgiram, porém, divergências, quando se tratou de como mobilizar a classe operária. Os economistas privilegiavam as lutas imediatas, ou econômicas, a consciência viria espontaneamente. Outros afirmavam a necessidade de uma frente com a burguesia liberal, só numa etapa futura é que se poderia ter uma política independente da classe operária. Os marxistas legais levavam a tese ao extremo e propunham a inutilidade de um partido operário na fase burguesa da revolução. Estas tendências seriam combatidas pelos veteranos do grupo Emancipação do Trabalho e por jovens revolucionários recém-chegados ao exílio: Martov, Lenin, Potresov. Organizariam a Liga da Social-Democracia revolucionária e,



Os itinerários do Iskra. (In: A Vida de Lenine, *Nina Gourfinkel, Edições 70.*)

desde 1900, dois órgãos de divulgação: o semanário *Iskra* — a Centelha — e a revista teórica *Zarya* — Aurora. *Iskra* lutava por um partido da classe operária, por um programa político próprio e pela intervenção simultânea nas lutas econômicas e políticas. Embora a revolução russa estivesse numa fase burguesa, a classe operária deveria ter uma organização política independente. Lenin defenderia em *Que Fazer?*, publicado em 1902, um partido de revolucionários profissionais, que formularia a teoria revolucionária, sem a qual não haveria movimento revolucionário, e ganharia a classe operária para suas teses, pois a teoria vinha de fora para dentro da classe. Esta, deixada à luta espontânea, deslizaria inevitavelmente para o sindicalismo burguês.

Em 1903, reunir-se-ia o II Congresso do POSDR, no exílio. O programa da revolução foi aprovado sem dificuldades: a Rússia vivia a fase burguesa de sua revolução, tratava-se de derrubar a autocracia e convocar a Assembléia Constituinte. Mas não se chegou a um acordo quanto à organização partidária. Lenin propunha uma organização sólida, restrita, secreta, profissional, centralizada e disciplinada como um exército. A maioria inclinava-se por uma organização mais fluida, a exemplo da social-democracia européia. Lenin perdeu por poucos votos, mas conseguiu, no final, maioria para a eleição dos órgãos dirigentes do partido em função da retirada de vários delegados em protesto contra outras resoluções do Congresso. Esta maioria conferiria à tendência leninista o nome de bolcheviques — de *bolche*, maioria

—, em contraposição ao grupo de Martov, chamado de *menchevique*, de *menche*, minoria. Mas Lenin perderia em seguida o controle orgânico do partido. Em 1904, fundaria um outro órgão, o *Avante!*, consumando a divisão do POSDR em duas tendências.

Os marxistas participariam do processo de 1905, e o desafio prático da revolução reaproximaria bolcheviques e mencheviques. A reunificação veio em abril de 1906. Mas a vitória da contra-revolução e o retorno ao exílio dos principais dirigentes trariam à tona as velhas divergências. O balanço de 1905 acrescentaria novas contradições. Todos ressaltavam a inapetência revolucionária da burguesia. Mas os mencheviques deduziam daí a imaturidade do capitalismo e reafirmavam o programa de 1903: pensar em socialismo na Rússia era um delírio utópico. Lenin tirava outras lições: a fraqueza da burguesia impunha ao proletariado assumir as tarefas democráticas da revolução burguesa. Lenin definia duas etapas: na primeira, o proletariado se aliaria ao conjunto do campesinato, neutralizaria a burguesia e derrubaria a autocracia. Na segunda, o proletariado se aliaria aos camponeses pobres, neutralizaria os camponeses ricos e abateria a burguesia. O processo seria ininterrupto e o tempo entre as duas etapas ficaria na dependência da correlação de forças políticas e sociais. A fórmula, engenhosa, seria extremada por L. Trotsky: a experiência de 1905 demonstrara o trânsito inevitável entre as etapas burguesa e proletária da revolução. A classe operária dirigiria a primeira, realizaria as tarefas burguesas e, ato

contínuo, conduziria a sociedade para o socialismo. Ou revolução socialista ou contra-revolução. Trotsky chamou o processo de "revolução permanente".

Em dois aspectos, porém, Lenin e Trotsky estavam de acordo: a revolução só venceria com o apoio do campesinato russo e da revolução socialista nos países capitalistas europeus, principalmente na Alemanha.

As divergências voltariam a separar bolcheviques e mencheviques. O processo se consumaria em janeiro de 1912, quando os bolcheviques decidem, dirigidos por Lenin, formar um comitê central para a sua tendência.

Às vésperas da I Grande Guerra, bolcheviques e mencheviques tinham bases operárias nos grandes centros industriais, mas nenhuma importância no mundo rural. O POSDR formava um experimentado estado-maior revolucionário, mas nenhum dirigente talvez suspeitasse que a revolução socialista se aproximava, em tão curto prazo, como uma tarefa imediata.

O quadro dos partidos ficaria incompleto sem as tendências liberais da burguesia e da nobreza. Atuavam nos *zemstvos* e nas *dumas*, exprimindo-se através de revistas e sociedades científicas. Em 1902 surge a revista *Libertação*. Em 1903 forma-se a União de Libertação, reivindicando uma assembléia representativa e liberdades democráticas.

Em 1905, os liberais organizariam dois partidos principais: os Constitucionalistas Democráticos, ou

Kadetes, de K e D, iniciais russas do nome, e os Outubristas, assim chamados por aceitarem os termos do manifesto czarista de outubro. O seu raquitismo político se evidenciaria no decorrer da guerra e, principalmente, em 1917.

A I GRANDE GUERRA E A REVOLUÇÃO DE FEVEREIRO

A I Grande Guerra foi determinada pelas contradições entre as potências capitalistas e sobretudo pela instabilidade hegemônica entre seus dois blocos principais: a Tríplice Aliança — Alemanha, Áustria-Hungria e Itália — e a *Entente Cordiale* — Inglaterra, França e Rússia.

O regime czarista, ao entrar na guerra, pretendia dois objetivos: no plano externo, garantir a hegemonia nos Bálcãs e o controle dos estreitos que dão acesso ao Mediterrâneo. Internamente, recoesionar o povo em torno do czarismo e da defesa da pátria. Os generais russos imaginavam que a guerra seria curta e vitoriosa e que o povo a apoiaria maciçamente.

A avaliação foi correta quanto ao apoio popular, pelo menos numa primeira fase. A defesa da pátria entusiasmou a maioria. Os próprios partidos socialistas se inclinaram. Só os bolcheviques ficaram na

oposição e, mesmo assim, poucos apoiaram as posições de Lenin, que, do exílio, isolado, conclamava os operários de todo o mundo a transformar a guerra imperialista em guerra civil contra a burguesia.

Mas a guerra não seria curta nem vitoriosa. O seu prolongamento e as sucessivas derrotas corroeriam as bases do czarismo.

O Estado-Maior russo vangloriava-se de poder contar com 8 milhões de soldados, mas faltavam armas e munições. A artilharia pesada era três vezes inferior à alemã. Os navios estavam bloqueados no Báltico e no mar Negro e pouco podiam fazer. O parque industrial era insuficiente, a produção de máquinas, irrisória. O sistema de transporte entraria rapidamente em colapso por falta de peças e locomotivas.

No campo, a situação não era menos dramática. Os soldados eram camponeses uniformizados. Como a produção agrícola baseava-se sobretudo no braço humano, pode-se estimar o desfalque que a convocação de 8 milhões de homens provocou. A superfície semeada decrescera de 6 a 11%. A produção de cereais baixara de 21%.

Desde 1915, começaram a faltar gêneros essenciais. A indústria, concentrada em atender às necessidades do exército, não produzia bens de consumo corrente. Entre 1913 e 1916 o preço do pão subiria em 63% nas regiões industrializadas.

Na frente militar os erros de avaliação mediam-se em perdas humanas. Em fins de 1914, 500 mil baixas. Em 1915, o balanço era catastrófico: 1,7

milhão de soldados fora de combate, quase metade dos efetivos da linha de frente. As reservas mobilizadas não tinham treinamento, armas, comando. Sem falar no moral em declínio — a guerra não era o passeio que todos esperavam que fosse. Em 1917 a Rússia apresentava o quadro mais sombrio entre as potências engajadas no conflito: 5,5 milhões de soldados, entre mortos, desaparecidos, feridos e prisioneiros.

O agravamento da situação começou a provocar dissensões entre as elites dominantes. A retaguarda recriminava a incompetência dos generais. Estes atribuíam os fracassos militares à falta de patriotismo da retaguarda. Todos desconfiavam do czar que, por sua vez, não confiava em ninguém. A burguesia denunciava a ineficácia do aparelho governamental e tratava de se organizar: criaram-se associações civis profissionais e comitês industriais para coordenar o esforço de guerra. Realizou-se um congresso das uniões de *zemstvos* e de *dumas*. Mas a burocracia czarista desconfiava destas iniciativas e o próprio czar dissolveria o congresso, em junho de 1915, por ter proposto o estabelecimento de um governo que gozasse da confiança da nação.

As contradições se aprofundariam em 1915 com a criação do Bloco Progressista, reunindo a maioria dos deputados da *Duma Imperial*. O Bloco pedia um governo "firme", mas que tivesse a confiança da nação, a renovação do pessoal da administração local, o fim da autoridade militar, salvo nas áreas envolvidas pela guerra, o respeito à lei e o fim dos

antagonismos de classe ou de raça. Defendia a anistia, a volta dos exilados, concessões às nações não-russas, liberdade sindical e uma legislação específica para fortalecer o exército.

O czar respondeu às reivindicações suspendendo as sessões da *Duma* e nomeando para dirigir o governo um ex-agente da *Okhrana*, Sturmer. Quando se reuniu novamente, a *Duma* voltou à carga. Manteve as reivindicações e passou a exigir um governo responsável perante o parlamento. A autocracia tergiversava e substituía nomes: Sturmer por Trepov, em novembro de 1916; Trepov por Golytzin, em janeiro de 1917. Três presidentes de Conselho em menos de quatro meses. Para um país em guerra, não era exatamente a melhor fórmula.

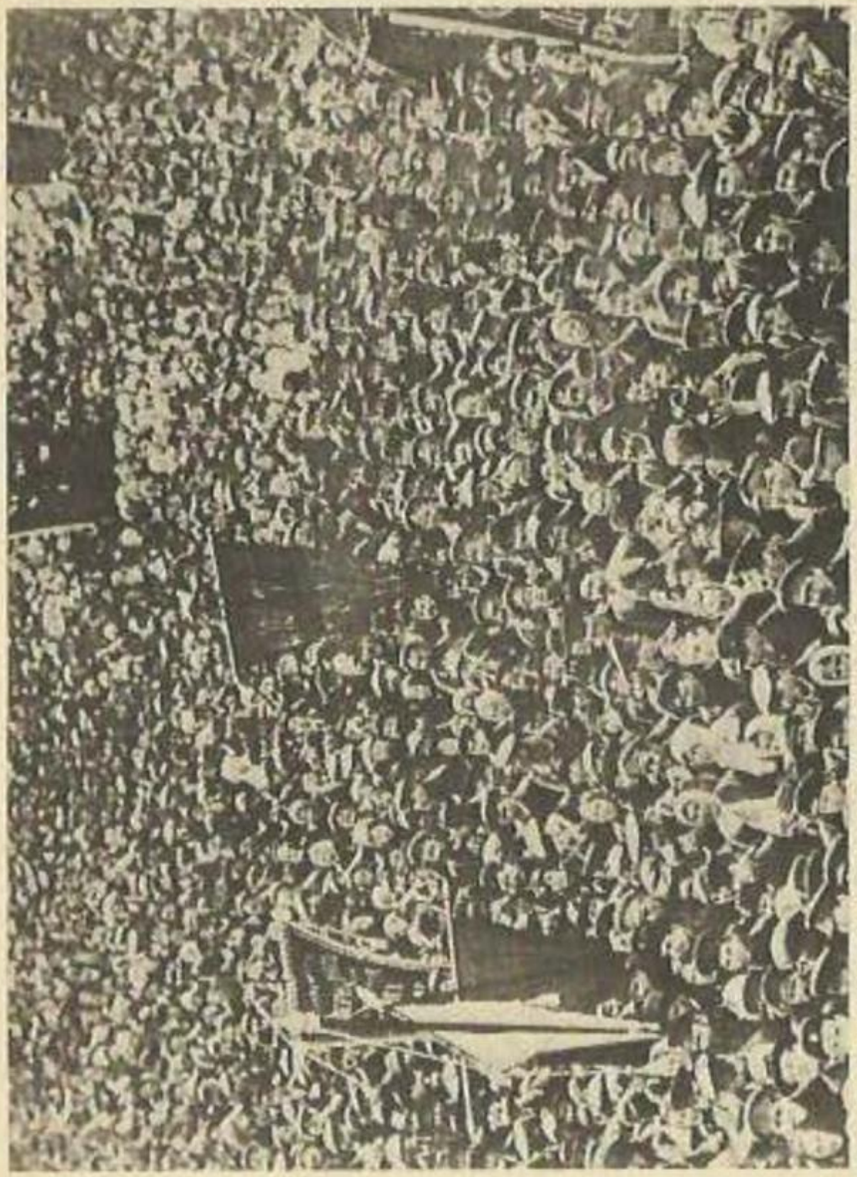
As dissensões entre as elites se radicalizavam. Sucediam-se denúncias de corrupção, corriam rumores desmoralizantes sobre a família imperial. Na Corte destacava-se um ex-ladrão de cavalos, Rasputin. Considerado dono de poderes mágicos e sobrenaturais, o homem ascendera graças a uma invulgar capacidade de entrar em contato com as forças do Além. A nobreza russa sempre fora supersticiosa — a novidade era a força política do mago: fazia e desfazia ministérios e ninguém o ultrapassava em influência junto ao czar e à czarina.

No início de 1917, falava-se num golpe de estado e na substituição do czar. Mas as elites nunca passaram das intenções à prática. O máximo a que chegaram foi o assassinato de Rasputin, em dezembro de 1916. A morte do "santo homem", porém, não alte-

rou o rumo dos conhecimentos. Ao contrário, o czar nomeou um ministério composto por homens de confiança do morto.

Enquanto as elites se desentendiam, a revolta crescia entre operários e camponeses. A União Sagrada de agosto de 1914 esfumara-se diante das dificuldades, da corrupção, dos desmandos, da escassez, das mortes. Em maio de 1915, houve os primeiros saques de armazéns. O movimento grevista, que se reduzira drasticamente depois do início da guerra, começa a retomar fôlego. 156 mil grevistas em 1915, 310 mil em 1916, 575 mil nos dois primeiros meses de 1917. A situação não era melhor entre os soldados. A desmoralização crescia nas frentes e na retaguarda. O agrupamento em trincheiras e em quartéis quebrava o isolamento dos camponeses-soldados. A convivência com a agitação das cidades abria os olhos de muitos. Aumentavam as deserções e os motins. A velha reivindicação de terra reaparecia nas motivações dos camponeses, substituindo os ardores patrióticos.

Já se esboçavam os temas do movimento popular: paz, terra, pão. Em 9 de janeiro de 1917, 150 mil operários entram em greve em Petrogrado em homenagem aos mortos do domingo sangrento de 1905. Em 14 de fevereiro, os operários de Putilov participam de uma batalha campal com a polícia. O racionamento do pão seria decretado dois dias depois. Seguem-se protestos contra a escassez de gêneros e saques em armazéns e padarias. O frio de —20° e as filas enervam o ambiente. Um relatório de polí-



A 24 de fevereiro, a greve de Petrogrado transformou-se numa greve nacional de cunho político. (In: 1917 — A Revolução Mês a Mês, *A. Nenarokov, Civ. Brasileira.*)

cia, citado por Marc Ferro, descreve assim a situação: "A menor explosão, baseada no menor pretexto, provocará motins incontroláveis, com dezenas de milhares de vítimas. De fato, existem todas as condições para que uma explosão deste tipo se verifique".

Ela teria início em 23 de fevereiro de 1917.

As manifestações começam com uma passeata de mulheres, em homenagem ao seu Dia Internacional. Sem que ninguém esperasse, elas conclamam os operários à greve e o movimento se amplia: 90 mil grevistas.

No dia seguinte, os operários comparecem às fábricas, promovem assembléias e resolvem permanecer em greve, retomando as manifestações e convergindo para o centro da cidade. Os grevistas — 200 mil — reivindicam pão, mas já se ouvem gritos contra a guerra e a autocracia. A repressão, que tinha planos minuciosos para esmagar uma revolta popular, parece paralisada, perplexa com a amplitude do movimento.

A greve se fortalece no dia 25: 240 mil homens e mulheres cruzam os braços. A repressão começa a intervir e ocorrem os primeiros choques. Mas os soldados permanecem indiferentes ou simpáticos aos manifestantes. Torna-se clara uma cisão no aparelho repressivo entre policiais e soldados. Nos bairros operários a polícia já não aparece e o vácuo de poder é ocupado por comissões de operários.

O dia 26 é um domingo. As fábricas estão fechadas, mas, no começo da tarde, os trabalhadores

voltam a convergir para o centro da cidade. A repressão recebe ordens para esmagar o movimento. Os primeiros tiroteios fazem 40 mortos e muitos feridos. Mas o povo não se atemoriza. A disputa, entre as autoridades e os manifestantes, pelo soldado-camponês é o aspecto crucial deste dia. A evolução dos acontecimentos parece indicar que os operários ganham a luta. Os soldados recusam-se a atirar no povo. A confraternização começa entre operários e soldados. A repressão desagrega-se.

A segunda-feira, dia 27, será decisiva. Os operários retomarão o trabalho ou as manifestações? Eles decidem continuar o movimento. A insurreição se precisa agora. A adesão dos soldados torna-se evidente pela manhã com a rebelião dos regimentos Volhynie, Preobrajensky, Lituano e Moscovita. Os soldados prendem os oficiais recalcitrantes e assumem o controle das armas. O movimento é irresistível. Libertam-se os presos e se incendeiam as delegacias de polícia e o Palácio da Justiça. À tarde, aderem os regimentos Semenovsky e Ismailovsky, que ainda hesitavam. Os rebeldes controlam as estações de estradas de ferro, as comunicações, os edifícios públicos.

A revolução se propaga com rapidez. Em 27 e 28 de fevereiro, em Moscou, as autoridades czaristas são destituídas. Em 1º de março, o mesmo ocorreria em Tver, Nijni-Novgorod, Samara, Saratov, Ekaterinoslav, Kharkov. Em 2 de março, é a vez de Pskov, Orel, Rybinsk, Penza, Kazan, Tsaritsyn. Entre mortos e feridos, menos de 1 500 pessoas. O czarismo

caíra como fruto maduro.

O que impressiona no processo é o contraste entre a força do movimento e a insensibilidade das autoridades. O czar negará até o fim qualquer tipo de concessão. Só no dia 28 é que admitirá a necessidade de um recuo. Mas aí já perdera os anéis, os dedos e o reino. Os próprios partidos socialistas se surpreenderão com o movimento, permanecendo a reboque das manifestações. Isto não significa que não tenham participado delas. Mas não serão capazes de dirigi-las. Em fevereiro de 1917, como bem observaria Trotsky, houve uma revolução anônima, dirigida na prática por centenas de lideranças sociais disseminadas no povo, mas sem direção central, sem partido de vanguarda.

Na noite de 27 de fevereiro, constitui-se o *Soviet* de Petrogrado, resgatando a experiência de 1905. Elege-se um Comitê Executivo Provisório com a presença de SRs, mencheviques, bolcheviques, trabalhistas etc., além de elementos sem partido. Ao mesmo tempo, a *Duma* elege um Comitê Provisório com a função de "restabelecer a ordem e as instituições".

Soviet e *Duma*, face a face, configuram, objetivamente, uma dualidade de poderes.

O *Soviet*, reunindo deputados operários e soldados de cada fábrica e de cada regimento, é o representante legítimo e reconhecido da insurreição vitoriosa. Nele reside o poder de fato. Num primeiro manifesto, conclamará o povo a criar seus próprios orgãos de governo. Decide ainda formar uma milícia operária, um comitê de abastecimento e um jornal — o *Izvestia*. O ato mais importante seria tomado pelos deputados dos soldados. Através de Ordem de Serviço nº 1, em 1º de março, resolvia-se que todas as unidades militares deveriam eleger comitês de soldados rasos, com a tarefa de decidir os problemas locais e enviar representantes ao *Soviet*. As unidades seriam subordinadas, a partir de então, ao *Soviet*. Qualquer ordem, para ser cumprida, precisaria de seu aval.

O Comitê da *Duma* hesita entre a insurreição e o czarismo. Em princípio, se inclinará pela monarquia constitucional, tentando aproveitar o irmão do czar, Miguel, como sucessor. O *Soviet* vetará a alternativa: o czar abdicaria em 1º de março e o irmão renunciaria a sucedê-lo em 3 de março. A *Duma* se curvará e, depois de muitas confabulações, elegerá um governo provisório, dirigido por um nobre liberal, o príncipe L'vov, e composto majoritariamente pelo partido *Kadete*, da burguesia liberal. Numa primeira declaração, o governo provisório se comprometia com a guerra e com as alianças tradicionais, consideradas sagradas. As reivindicações populares eram remetidas para uma Assembléia Constituinte, que seria convocada "o mais breve possível". Nem mesmo a República seria proclamada. As elites dominantes mantinham assim a porta aberta para um eventual retorno do czarismo. Acostumadas a viver à sombra do regime deposto, temiam que a derrubada violenta do czar pusesse em risco a sua própria sobrevivência.

A organização soviética espalha-se pelas prin-

cipais cidades. Por que não assume imediatamente todo o poder?

Na verdade, os *soviets* também hesitavam. O povo sabia perfeitamente o que não queria — o czarismo — mas a insurreição fora muito rápida para que amadurecesse um projeto alternativo de poder. Séculos de submissão e de esmagamento ideológico não se dissipam com a rapidez de um movimento insurrecional. Vale lembrar que a revolução de fevereiro não tocara, nem desejara tocar, na ordem social baseada na propriedade privada dos meios de produção. Ora, o Comitê da *Duma* encarnava esta ordem.

As hesitações dos deputados operários e soldados exprimiam assim as dúvidas que estavam na consciência do povo. Os *soviets* fiscalizariam o Governo Provisório, garantiriam as liberdades e velariam pelo cumprimento das reivindicações populares. Quando a Assembléia Constituinte consagrasse juridicamente estas conquistas, os *soviets* se dispersariam... Assim pensava a maioria dos deputados operários e soldados.

A evolução da situação, porém, iria surpreendê-los uma vez mais. E mais cedo do que poderiam imaginar...

AS CRISES DE ABRIL, JULHO E AGOSTO

O Governo Provisório dirigia teoricamente o país, mas nada se fazia sem o *Soviet*. A realidade do duplo poder, porém, era encoberta pelas palavras. O exercício de ocultamento não poderia durar. Ou as palavras se renderiam aos fatos, ou estes seriam transformados.

O ano de 1917 é marcado pela instabilidade. Mas é possível apontar crises particulares, decisivas para a compreensão do período.

A primeira delas sobreveio quando das festas de 1º de maio, comemorado em 18 de abril na Rússia, segundo o velho calendário, e teve como alvo visível o ministro das Relações Exteriores do Governo Provisório, I. Miliukov. O ministro afirmara publicamente a fidelidade do governo às alianças vigentes no tempo do czarismo. Miliukov provocava um enfrentamento. O governo já demonstrava insensibilidade

face às reivindicações populares. Recusara aos operários a jornada de trabalho de 8 horas. Considerara prematura a reforma agrária. Não reconhecera aos não-russos o direito a uma pátria. Bloqueava, na medida do possível, a democratização das forças armadas. A todas as reivindicações acenava com a Assembléia Constituinte: ela decidiria tudo. Mas o governo esperava o fim da guerra para convocar a Constituinte. E não fazia nada pela paz.

Ora, Miliukov não se contentava em não anunciar a paz. Mantinha a Rússia na guerra com os mesmos objetivos do regime deposto. O incidente condensou as contradições. As manifestações de soldados e operários foram maciças e violentas. Pedia-se a demissão do ministro e atos concretos pela paz.

O *Soviet* foi obrigado a pressionar o governo. As negociações foram penosas. Os liberais dispunham-se a corrigir Miliukov, mas exigiam que as lideranças soviéticas entrassem no ministério. A burguesia oscilara desde fevereiro entre duas posições diante do *soviet*: destruí-lo pela força ou esvaziá-lo pela cooptação. A primeira hipótese estava, ao menos temporariamente, afastada — a burguesia não tinha força. Restava a segunda, que se tentou desde março. O *Soviet*, entretanto, negaceara. Apenas Kerensky resolvera dar o passo, mas o fizera individualmente, sem o aval do *Soviet*. Agora, no entanto, a burguesia voltava à carga, ameaçando retirar todos os seus representantes se a sua condição não fosse aceita. O *Soviet* se curvaria — nascia a primeira coalizão, em 5 de maio de 1917. A declaração de Miliukov ganhou

nova redação: a Rússia estava na guerra lutando pela paz. O fortalecimento do exército passava por sua democratização. Os ministros mais comprometidos com a guerra, Miliukov e Gutchkov, eram afastados. E ingressavam no governo seis representantes do *Soviet*. Na consciência do povo o *Soviet* dera um passo importante para a conquista do poder. Na realidade, o Governo Provisório acabara de cooptar os dirigentes da instituição que representava o poder popular.

Também em abril, ocorreria a Conferência da fração bolchevique do POSDR: 151 delegados, representando 80 mil filiados, garantiriam a vitória das idéias de Lenin, que voltara do exílio no começo do mês. As Teses de Abril caracterizavam a Rússia numa fase de transição entre a Revolução Burguesa — fevereiro — e a Proletária, que viria no momento em que os *soviets* resolvessem assumir todo o poder. Lenin preconizava a destruição do Governo Provisório, o desmantelamento do exército, a nacionalização das terras e dos bancos, o controle da produção pelos operários, o armamento geral do povo e uma nova Internacional. A tática dos bolcheviques consistiria em ganhar os *soviets* para estas posições. Forjava-se a palavra de ordem: todo o poder aos *soviets*, considerados órgãos do poder operário e camponês. Os bolcheviques eram um partido pequeno, mas teriam, a partir de abril, uma linha política coerente.

A crise de abril enfraquecera a burguesia, fortalecera as tendências centristas, confraternizadas na

primeira coalizão, e permitira o amadurecimento de uma alternativa de esquerda, encarnada pelos bolcheviques. Estes só seriam beneficiados por uma crescente radicalização das contradições sociais e políticas. Era exatamente nisto que Lenin e seus companheiros apostavam e para isto se preparavam.

A solução encontrada em abril pareceu ganhar a confiança da população. Entre 4 e 28 de maio, reuniu-se o I Congresso dos Comitês Agrários Camponeses: 1 115 delegados (571 SRs e apenas 14 bolcheviques) elegeriam Tchernov e Kerensky, dois ministros recém-guindados ao Governo Provisório, para o Comitê Executivo Central. Em junho, realizou-se em Petrogrado o I Congresso dos *Soviets* de Operários e Soldados. Mais de mil delegados, de 305 *soviets* de cidades, 53 *soviets* regionais, além de organizações das frentes de batalha, representando cerca de 20 milhões de pessoas, declararam-se favoráveis à primeira coalizão. Mencheviques e SRs dispunham de 533 delegados (285 SRs e 248 mencheviques), 150 pertenciam a partidos e grupos menores, 105 aos bolcheviques.

Mas o descontentamento crescia.

No congresso de maio os camponeses aprovaram uma resolução prevendo a utilização igualitária do solo. Na prática, já estavam tentando aplicá-la: em março 49 rebeliões foram registradas em 34 distritos. Em abril, 378 rebeliões em 174 distritos. Em maio, 678 rebeliões em 236 distritos. Em junho, 988 rebeliões em 280 distritos. Os camponeses começavam tomando as pastagens, passavam aos bosques, aos

estoques, às forragens, às colheitas, ao material agrícola, fixavam o montante dos arrendamentos e, em alguns lugares, terminavam incendiando a casa do senhor de terra e o eliminavam. O governo tentava reprimir, sem êxito. Os camponeses se organizavam em Comitês Agrários, criados pelo governo para estudar as modalidades da reforma agrária e que estavam, na prática, servindo de cobertura institucional para a expropriação dos senhores.

As nações não-russas agitavam-se: poloneses e finlandeses queriam a independência. Os ucranianos exigiam autonomia regional. Em Kazan já se reunira um congresso de povos muçulmanos clamando por autonomia.

Nas cidades sucediam-se as greves. Em Petrogrado, os operários ganharam, na luta, as 8 horas. Os Comitês de Fábrica, reunidos numa Conferência em junho, adotam a proposta bolchevique de "Todo o poder aos *soviets*". Uma grande passeata em Petrogrado, em homenagem ao I Congresso dos *Soviets*, reúne mais de 500 mil pessoas, em 18 de junho. Os bolcheviques dirigem a manifestação, e a maioria das faixas e cartazes exige o fim da coalizão com os burgueses. Os dirigentes recém-eleitos respondem com as resoluções do Congresso, mas é visível que os representantes vão sendo superados pelo movimento dos representados.

O governo de coalizão decide eleger como eixo de política uma ofensiva geral contra os alemães, a "última" ofensiva. Trata-se de "salvar os irmãos que vivem em território ocupado e a revolução ameaçada

pelo imperialismo alemão". A ofensiva será um fracasso e o desastre precipitará a crise de julho.

O estopim é aceso pelos ministros burgueses. Demitem-se do governo para não assumir a responsabilidade pelo desastre da "última" ofensiva. As notícias da derrota provocam revolta. De 3 a 5 de julho, soldados e operários exigem em Petrogrado a expulsão definitiva dos ministros burgueses e o poder para os *soviets*. Há choques armados. O movimento é dirigido por bolcheviques e anarquistas. Mas os dirigentes soviéticos recusam-se a assumir o poder. Continuam aferrados à coalizão e chamarão tropas para conter a pressão popular. O movimento reflui por falta de alternativas. Os próprios bolcheviques constatam que não há força para empreender uma insurreição e que é necessário recuar.

A derrota das manifestações em julho é aproveitada pela burguesia. Os patrões aumentam a pressão: sabotam a produção, organizam *lock-outs*. Impõem condições para voltar ao governo: maior participação dos socialistas, repressão aos bolcheviques, restabelecimento da censura e da pena de morte, desarmamento dos operários, "disciplina" nas zonas de guerra etc. SRs e mencheviques cedem em tudo. Os bolcheviques caem na semiclandestinidade. Vários de seus dirigentes são presos e o mesmo ocorre com Trotsky, que se identificava com suas posições. As autoridades deixam correr o rumor de que Lenin não passa de um agente secreto alemão, forçando-o a passar para a clandestinidade.

O Governo Provisório se recomporia em 27 de julho: Kerensky é o presidente do conselho de ministros num governo majoritariamente formado por SRs e mencheviques, e o general Kornilov vai para o comando das forças armadas. A segunda coalizão une SRs e mencheviques e partidos burgueses num só e mesmo bloco, numa só e mesma política: aguardar a Constituinte para definir as reformas pedidas pelo povo, aguardar a paz para convocar a Constituinte.

O Partido bolchevique realizará na semiclandestinidade o seu VI Congresso: 175 delegados, representando cerca de 177 mil filiados (83 mil em Petrogrado e Moscou), tentam encontrar uma saída para a brusca reviravolta criada pelo fracasso de julho. Por proposta de Lenin, os bolcheviques afirmarão a necessidade da insurreição armada, mas os órgãos da revolução passariam a ser os Comitês de Fábrica, controlados pelos bolcheviques desde junho. A palavra de ordem de "Todo poder aos *soviets*" é substituída por "Todo o poder aos operários e camponeses". A evolução é significativa: os bolcheviques dispõem-se, se for o caso, a assaltar o poder sem os *soviets*. No plano orgânico a organização interdistrital de Trotsky integra-se ao partido bolchevique. Um novo Comitê Central é eleito com Lenin, Zinoviev, Kamenev, Trotsky, Stalin, Bukharin, Sverdlov, Dzerjinsky, Preobrajensky, Uritsky, Noguin, Kollontai, Rykov, Artem, Ioffe, Miliutin, Lomov, entre outros.

O governo da segunda coalizão convoca para 12 de agosto, em Moscou, uma Conferência de Estado. A escolha da cidade visa esvaziar a importância de

Petrogrado, capital da revolução desde fevereiro. Entre 2414 representantes, apenas 429 virão pelos *soviets*. As quatro *dumas* eleitas antes de fevereiro de 1917 enviarão 488 representantes, as cooperativas, 313, os sindicatos, 176, as municipalidades, 147, os bancos, as indústrias e o comércio, 150. O corpo de oficiais e a Igreja Ortodoxa enviam delegações. Mas Kerensky não atinge seus objetivos. A burguesia aclama Kornilov como seu representante e os operários em Moscou replicam com uma greve de 400 mil trabalhadores. A Conferência, na prática, servirá para articular as forças mais conservadoras. Elas se preparam febrilmente para o golpe de estado.

Perpetrado entre 25 e 26 de agosto, o golpe fracassará. Não faltara engenho aos generais. Desde o início de agosto, Kornilov executara manobras, concentrando tropas fiéis. Em 21 de agosto, os alemães tomam Riga e se aproximam de Petrogrado. Kornilov se sente forte para enviar a Kerensky um ultimato: a defesa da Rússia exige a aplicação rigorosa da lei marcial, a militarização das ferrovias e das fábricas de armamentos, a demissão dos socialistas e o esmagamento do *Soviet* de Petrogrado. O general aceita o sacrifício de chefiar um novo governo. Kerensky poderá aspirar à vice-presidência. Os *Kadetes* comprometem-se com o golpe.

Kerensky, no entanto, resolve resistir. Demite Kornilov e conclama o povo a reagir ao golpe. Os ferroviários não esperaram ordens e já se dedicavam a desorganizar o transporte, levando ao caos o movimento de tropas contra Petrogrado. Os *soviets* formam uma direção de emergência, incluindo os bolcheviques, para defender a revolução. Reorganiza-se a Guarda Vermelha. Deputados soviéticos são enviados para parlamentar com os soldados e os persuadem a não combater pelos generais. O golpe esvai-se sem haver um tiro. O general Krimov suicida-se. Kornilov e Denikin são presos. Outros escapam para o estrangeiro ou se escondem. O fracasso é total.

Kerensky salva o governo, mas sai desmoralizado por suas ligações com Kornilov. Os SRs e mencheviques ficam debilitados: a prolongada aliança com os partidos burgueses não parece justificável. A organização soviética se fortalece e cresce a pressão em favor do atendimento — imediato — das reivindicações populares — pão, paz, terra.

O movimento amplia-se. As nações não-russas não aceitam as diretrizes do governo. Os Comitês de Fábrica assumem o controle das unidades industriais. No campo, em setembro, 77% dos distritos da Rússia européia são afetados pela partilha violenta das terras. No norte, na Transcaucásia e na Sibéria a proporção chegará a 91%. Os camponeses realizavam a Reforma Agrária na prática, organizados nos Comitês Agrários de Aldeia. A escalada das expropriações tinha suas razões: é que o tempo da semeadura chegara. Os camponeses não queriam trabalhar mais nas terras dos senhores, e não desejavam semear em propriedades indefinidas. Apropriavam-se então das terras e as distribuíam entre si. Sem pagar indenizações, naturalmente.

A radicalização dos operários e soldados favo-

rece os bolcheviques. Em 31 de agosto, verifica-se uma primeira maioria bolchevique no *soviet* de Petrogrado. O mesmo ocorre em outras cidades. Em 3 de setembro, Lenin proclama que a palavra de ordem de entregar o poder aos *soviets* voltara a se atualizar. Em 8 de setembro, Trotsky é eleito presidente do *Soviet* de Petrogrado por 519 votos, contra 414 e 67 abstenções. Cai a hegemonia que SRs e mencheviques detinham desde fevereiro. O *Soviet* aprova a resolução de entregar todo o poder aos *soviets*. Os bolcheviques assumem a maioria dos *soviets* em Moscou, em Baku, no Ural e no Donetz e em mais de 50 cidades. No campo, uma corrente do Partido Socialista-Revolucionário — os SRs de esquerda — apóia o movimento camponês, exigindo a realização imediata das reivindicações populares.

Kerensky tenta manobrar. Reconstitui o governo com os *Kadetes*, mas SRs e mencheviques não aceitam mais a coalizão. Imagina-se então a convocação de uma Conferência Democrática para legitimar o governo e preparar as eleições da sempre adiada Assembléia Constituinte. A reunião se abre com 1 775 delegados, representando diversas instituições. Por proposta de SRs e mencheviques aprova-se o princípio da coalizão com a burguesia — 766 contra 688. Mas a composição com os *Kadetes* é recusada por 595 contra 493. Como diria Trotsky, aprovara-se a coalizão com a burguesia... sem a burguesia, porque os *Kadetes* eram o principal partido da burguesia. No presidium da conferência a mesma proposta perderia por 60 a 50. A confusão chega ao auge quando se

recusa, por pequena maioria, a constituição de um governo formado exclusivamente por socialistas.

A base política do impasse era a seguinte: SRs e mencheviques mantinham-se fiéis à visão de que a revolução russa vivia uma etapa burguesa. Era indispensável a aliança com a burguesia. Mas a coalizão com os *Kadetes* era problemática, pois haviam apoiado o golpe de Kornilov. O problema é que os *Kadetes* eram o partido da burguesia. Romper com eles era romper com a burguesia. Como falar em revolução burguesa sem burguesia? Mas como aliar-se aos *Kadetes*? Incapazes de sair do impasse, SRs e mencheviques condenavam-se à inércia, à impotência...

A Conferência Democrática formaria um Conselho da República — o pré-parlamento — com cerca de 500 deputados, inclusive representantes da burguesia. Em 25 de setembro, Kerensky organizaria um novo governo com ministros burgueses e socialistas, contrariando, assim, as decisões da própria Conferência. Os bolcheviques, depois de muitas marchas e contramarchas, se retirariam do pré-parlamento, denunciando sua falta de autenticidade e de representatividade.

A resolução da crise de agosto abriria o caminho para uma decisão política. Os *soviets*, com maioria bolchevique, passavam a exigir todo o poder. Mas o governo provisório não abdicava. As palavras haviam deixado de encobrir os fatos: desvendava-se de forma insofismável a realidade do duplo poder. Aproximava-se a confrontação. A insurreição de outubro decidiria a questão.

A INSURREIÇÃO DE OUTUBRO

Em outubro, encerra-se o período de dualidade de poderes. A vitória da insurreição, que poucos previram, não foi inevitável, nem obra do acaso. Deveu-se à força dos movimentos sociais de operários, soldados e camponeses, às condições particulares do momento em que se realizou, às decisões do II Congresso dos *Soviets* e à ação e influência bolcheviques.

No começo de outubro, a Rússia era a imagem da decomposição: crise na indústria e nos transportes, escassez de alimentos, inflação. Os Comitês de Fábrica assumiam o controle do emprego, do abastecimento, da produção. No campo, dominavam os Comitês Agrários e a insurreição camponesa avançava, expropriando os senhores de terras. Nas frentes de batalha grassava a desmoralização. Atos de con-

fraternização com os alemães, deserções, indisciplina, execução de oficiais. A desagregação era mais aguda nas guarnições das cidades. Os soldados estavam dispostos a tudo... menos a combater.

Era visível a impotência do governo. Quando tomava decisões não era respeitado. Em setembro, Kerensky dissolve o Comitê Central da Frota de Guerra. Os marinheiros não obedecem. O governo decide transferir a capital para Moscou, mas uma forte pressão do *Soviet* o faz desistir. As decisões inadiáveis são proteladas. Em 16 de outubro, os mencheviques proporiam entregar provisoriamente a terra aos camponeses. Kerensky recusa. Pouco depois, o ministro da Guerra sugeriria a paz para salvar o governo. Kerensky o demite, acusando-o de derrotista. A paralisia do governo exprimia uma dupla divisão: partidária, entre o bloco SRs/mencheviques e os *Kadetes*; social, entre a burguesia e o governo. As elites nunca perdoariam a Kerensky ter abandonado Kornilov em agosto. Jogavam agora no acirramento das contradições — a queda do governo poderia criar um caos tão absoluto que as condições fariam emergir uma ditadura salvadora.

As classes dominantes não percebiam que a situação internacional era relativamente favorável a um governo decidido a realizar a paz. É certo que os alemães poderiam aproveitar-se de uma guerra civil, mas também poderiam interessar-se por uma paz rápida com os russos para concentrar as forças no enfrentamento de seus principais inimigos: França, Inglaterra e EUA. Mas a maior falha de cálculo era

não considerar a força do movimento por paz e terra e a radicalização dos *soviets*.

A insurreição de Petrogrado foi realizada na noite de 24 para 25 de outubro de 1917. Alguns episódios decisivos prepararam o caminho da vitória. O primeiro foi, sem dúvida, a tomada do *Soviet* de Petrogrado pelos bolcheviques, em setembro, e a aprovação das propostas exigindo a entrega do poder aos *soviets* e a realização do II Congresso soviético.

O I Congresso, realizado em junho, previra Congressos trimestrais. O II Congresso teria de ocorrer em setembro, mas o Comitê Executivo eleito em junho, dominado por SRs e mencheviques, temia perder posições e não convocava o Congresso. Os *soviets* bolchevizados pressionavam e conseguiram, afinal, arrancar a data de 20 de outubro, mais tarde adiada para 25 do mesmo mês. Se a tendência à bolchevização dos *soviets* continuasse, era como se tivesse sido marcado o prazo máximo do enfrentamento entre *soviets* e Governo Provisório.

Um novo ato decisivo foi a criação, em 9 de outubro, do Comitê Militar Revolucionário do *Soviet* de Petrogrado, visando coordenar os regimentos sediados em Petrogrado, averiguar a situação das tropas e impedir deslocamentos de unidades comprometidas com o *Soviet*. Em 18 de outubro, reunir-se-ia, sob a direção do Comitê Militar, a Conferência da Guarnição de Petrogrado, que assumiu um caráter permanente. A grande maioria dos delegados mostrava-se favorável à imediata passagem do poder aos *soviets*. Uma minoria preferia aguardar a Assembléia Constituinte, marcada para novembro. Ninguém, no entanto, levantaria um dedo para defender o governo. A organização soviética era tão legítima e representativa que os soldados consideravam um direito seu aprovar a transferência do poder aos *soviets*. As forças armadas, como instrumento de defesa do governo, se decompunham antes mesmo de ter início o movimento insurrecional propriamente dito.

Era flagrante a superioridade do *Soviet*. Contava com a simpatia da guarnição e dispunha das forças da Guarda Vermelha. Criada após a insurreição de fevereiro, o fortalecimento da Guarda era mais um sintoma da desagregação do governo. Em 22 de outubro, uma Conferência da Guarda em Petrogrado reunira mais de 100 delegados, representando 20 mil combatentes. Os milicianos treinavam nas ruas, com fuzis e revólveres adquiridos na luta ou graças às deserções. Caberia acrescentar os marinheiros do Báltico e os regimentos aquartelados nas cercanias de Petrogrado, dispostos a defender o *Soviet* contra manobras golpistas. Finalmente, a frente de batalha mais próxima, a do Norte, era favorável ao *Soviet*.

O governo contava com cerca de cinco mil alunos das escolas de formação de oficiais e de suboficiais, a maioria do corpo de oficiais, alguns regimentos de cossacos, de duvidosa lealdade, e certas unidades de artilharia. Kerensky inquietava-se com as articulações do *Soviet*. Mas a própria legalidade do duplo poder conferia ao processo um ar de norma-

lidade. O Estado-Maior, porém, considerou abusivo o poder do Comitê Militar Revolucionário e determinou medidas de controle sobre os delegados dos regimentos. Em vão. Em 21 de outubro, a Conferência da Guarnição reafirma que só recebe ordens do Comitê Militar Revolucionário.

No dia 22 de outubro, o *Soviet* promove manifestações em toda a cidade. A resposta da população é favorável. O *Soviet* ainda ganharia uma nova adesão: a guarnição da fortaleza Pedro-e-Paulo. O arsenal de Kronwerk, com mais de cem mil fuzis, cai sob controle do *Soviet*, que distribui milhares de armas à Guarda Vermelha.

Era demais para o governo. Kerensky resolve tomar a iniciativa, como se ainda lhe fosse dada esta faculdade. Decide, na noite do dia 23, abrir processo contra o Comitê Militar Revolucionário, fechar um jornal bolchevique e chamar tropas da frente de batalha para controlar a situação.

Na madrugada do dia 24 o jornal bolchevique dirigido aos soldados é fechado. O *Soviet* iniciaria, assim, as operações finais de deposição do governo sob uma aparência defensiva. O jornal é reaberto. Kerensky fica isolado, porque sequer o pré-parlamento apóia as medidas repressivas. A situação no dia 24 é confusa. O processo caminha para o desenlace. O governo já perdeu a autoridade, mas ainda não foi derrubado.

Na madrugada do dia 25, o *Soviet* passa à ofensiva e ocupa os principais pontos estratégicos da cidade. Às 10 horas, o *Soviet* anuncia a deposição do

governo. O último bastião, o Palácio de Inverno, sede e símbolo do poder na Rússia, cairia no início da madrugada do dia 26. A insurreição estava vitoriosa, ao menos na capital. A adesão maciça surpreendera os mais otimistas. O número de baixas, 15 mortos e 60 feridos, dos dois lados, revelava a força do *Soviet* e o desgaste do governo.

O II Congresso dos *Soviets* é aberto na noite de 25 de outubro pelo Comitê Executivo eleito em junho. Presentes 672 delegados, 390 dos quais, ou seja, 58%, declaram-se favoráveis aos bolcheviques. Presentes ainda 160 SRs (24%), 90 mencheviques (13,5%) e uma pequena minoria de indecisos. Os números referem-se a "declarações favoráveis" e não a militantes filiados. Registre-se também que a maioria de SRs pertence à corrente dos SRs de esquerda, consolidada como tendência no II Congresso.

A Mesa Diretora é eleita numa base proporcional: 14 bolcheviques, 7 SRs, 3 mencheviques e 1 internacionalista. Fixa-se a ordem do dia: 1º) a organização do poder; 2º) a guerra e a paz; 3º) Assembléia Constituinte.

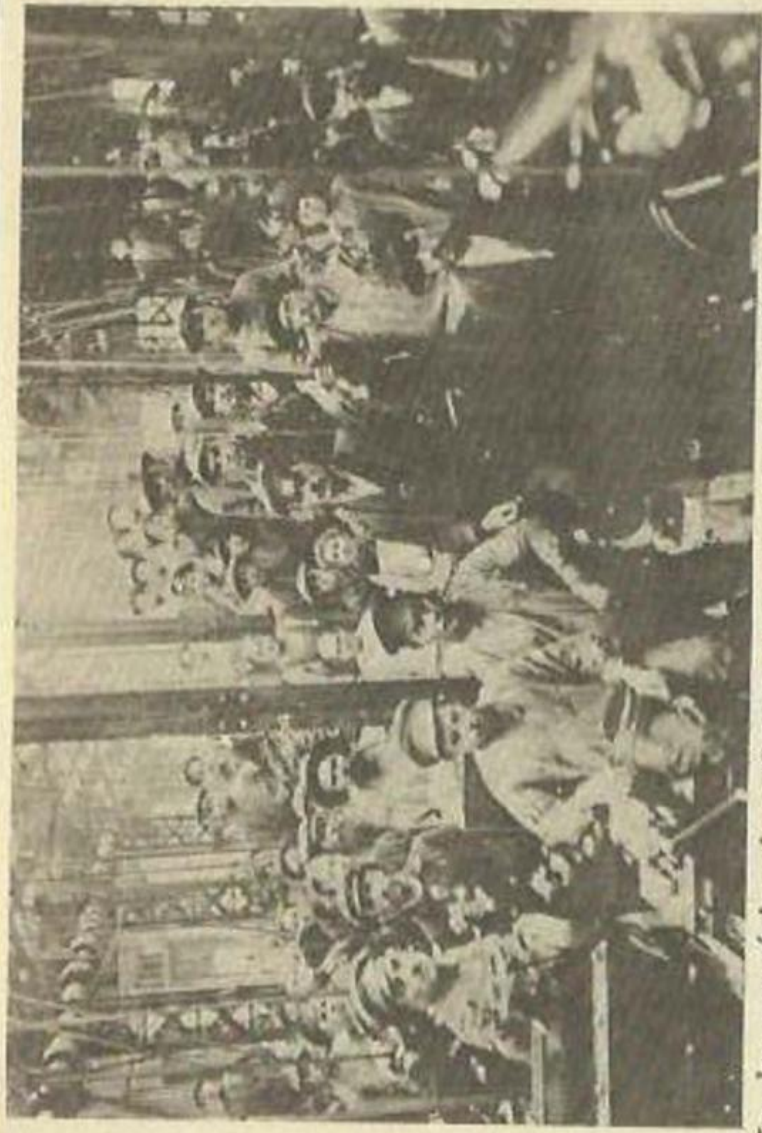
As primeiras discussões realizam-se sob o canhoneio que se abate sobre o Palácio de Inverno. SRs e mencheviques protestam: como discutir a organização do poder se este está sendo tomado pelos bolcheviques? A restrição é ignorada e os mencheviques retiram-se, acompanhados pelos SRs de direita e outros grupos menores. Permanecem os bolcheviques, os SRs de esquerda e os anarquistas.

A minoria não é desprezível: quase um quarto

dos delegados. Comparecem também ao Congresso para protestar contra a insurreição representantes dos ferroviários, dos correios e dos funcionários públicos. Anunciam a disposição de se oporem ao que chamam de golpe dos bolcheviques. Mas os protestos não surtem efeito. Sucedem-se, de outro lado, telegramas de apoio à deposição do governo e discursos de estímulo a que o Congresso assuma o poder.

Às 5 horas do dia 26, os bolcheviques propõem formalmente que os *soviets* assumam o poder e formem um novo governo que "proporá paz imediata, terra aos camponeses, estatuto democrático às forças armadas, controle sobre a produção, e convocará na data determinada a Assembléia Constituinte, além de garantir o direito das nações da Rússia a disporem delas mesmas". O plenário ovaciona a proposta contra 2 votos e 12 abstenções. Pouco depois a sessão é encerrada.

O dia transcorre calmo em Petrogrado. Na *Duma* reúnem-se os opositores e criam um Comitê de Salvação do País e da Revolução, formado pelos partidos que se retiraram do Congresso e pelos representantes da burguesia e da nobreza liberal. Trata-se de uma frente heterogênea. SRs e mencheviques não acreditam no sucesso da insurreição, temem pela revolução e imaginam que poderão, amanhã, reivindicar um lugar ao sol na república democrática russa, caso não participem da insurreição. Aferram-se à visão de que a revolução russa não poderá "saltar" a etapa burguesa. Um governo socialista seria uma impostura, mascararia a pior das ditaduras. Os *Ka-*



Reunião dos operários das oficinas instrumentais da fábrica de Putilovski. Nesta reunião, realizada em 26 e 27 de outubro, o presidente do RSDRP (bolchevique) informou os operários sobre a queda do Governo Provisório e a passagem do poder aos Sovietes de Deputados Operários, Soldados e Camponeses. (In: 1917 — A Revolução Mês a Mês, *A Nenarokov, Civilização Brasileira.*)

detes esfregam as mãos. Também estão certos de que os bolcheviques não durarão. E de que se aproxima a hora de esmagar a revolução, acabar com a "baderna" e restabelecer a ordem.

A frente Norte, porém, formaliza seu apoio. Tropas enviadas pelo Estado-Maior confraternizam com os revoltosos. Os Comitês Agrários apóiam o novo governo ou preferem ficar na expectativa, aguardando a Assembléia Constituinte. Ninguém se dispõe a defender o Governo Provisório. Depois de combates sangrentos, mas rápidos, na periferia de Petrogrado, a situação parece consolidada, pelo menos temporariamente.

Na noite do dia 26, abre-se a segunda sessão do II Congresso dos Soviets. Várias medidas são aprovadas por aclamação: abolição da pena de morte, liberdade de reunião para os soldados, revogação dos comissários do governo deposto, ordem de prisão para Kerensky e Kornilov.

Os bolcheviques propõem um Decreto sobre a Paz: os *soviets* propõem aos povos e governos dos países em guerra imediata abertura de negociações de paz. Um armistício entraria imediatamente em vigor. Os *soviets* declaram abolida a diplomacia secreta e prometem divulgar os tratados assinados pelo czarismo e pelo Governo Provisório. As condições da futura paz serão ratificadas pela Assembléia Constituinte. O decreto é aprovado por aclamação.

Lenin lê a proposta do Decreto sobre a Terra. "A propriedade da terra, incluindo o gado e o material agrícola, é abolida, sem nenhuma indenização".

A terra será distribuída aos camponeses sob controle dos Comitês Agrários, de acordo com a resolução do Congresso camponês, aprovada em maio. Determinam-se a revogação da propriedade privada, o direito de todos trabalharem a terra com as próprias mãos, a proibição do trabalho assalariado e do arrendamento de terras. Estas seriam distribuídas de forma igualitária, considerando-se as condições locais e segundo as possibilidades de trabalho e as necessidades de consumo de cada família. A proposta receberá uma versão final da Assembléia Constituinte. Aprovada, contra um voto e 8 abstenções.

O Congresso constitui o novo governo, "na expectativa da Assembléia Constituinte": será o Conselho dos Comissários do Povo do governo operário e camponês, responsável perante o Congresso dos *Soviets*. Apresenta-se uma proposta para sua composição: Lenin, presidente do Conselho; Rykov, Interior; Miliutin, Agricultura; Noguin, Comércio e Indústria; Trotsky, Relações Exteriores; Lomov, Justiça; Stalin, Nacionalidades; Antonov-Ovseenko, Krylenko e Dybenko, Marinha e Guerra; Chliapnikov, Trabalho; Lunatcharsky, Educação; Teodorovitch, Abastecimento; Glebov, Correios; Skvortsov, Finanças. O plenário aclama o governo formado exclusivamente pelos bolcheviques. Os SRs de esquerda resolviam não participar, alegando que se dedicariam a persuadir as outras correntes socialistas a ingressarem no governo. Mas participarão do Comitê Executivo dos *Soviets*, composto por 69 bolcheviques e 29 SRs de esquerda.

Em junho de 1917, no I Congresso dos *Soviets*, Lenin dissera que os bolcheviques assumiriam o poder sozinhos, se as circunstâncias o exigissem. Os bolcheviques então tinham 105 delegados em 832 e a declaração fora saudada com risos. Menos de quatro meses depois os bolcheviques estavam sozinhos no governo soviético. Como entender o processo? Qual o papel exato do partido bolchevique? Como se chegou ao surpreendente resultado?

O partido bolchevique, em outubro de 1917, continua apresentando debilidades básicas. Em primeiro lugar, é praticamente nula sua inserção no campo. Em segundo lugar, possui um efetivo pouco expressivo: 240 mil filiados. É verdade que a evolução fora importante: 24 mil filiados em março, 80 mil em abril, 177 mil em julho, 240 mil em outubro. Mas os novos recrutas têm vínculos pouco consistentes com o partido; a maioria foi atraída pela adequação das palavras de ordem bolcheviques à evolução da luta de classes e não passou por um trabalho metódico de formação. É certo que a formação política propiciada pelo rico processo do ano de 1917 compensava, e com vantagens, cursos e palestras freqüentemente inúteis e pedantes. Mas é fato também que este tipo de formação "prática" não era suficiente para forjar um partido coeso em torno dos princípios e das bases da teoria marxista que orientava o partido.

A que atribuir então a vitória do partido? É

preciso colocar corretamente o problema para se chegar a conclusões válidas.

A vitória da insurreição de outubro deveu-se principalmente à convergência objetiva dos movimentos sociais de camponeses e operários. Os soldados ofereceram um sólido apoio. A agitação entre as nacionalidades não-russas completava o quadro. Os movimentos eram determinados por reivindicações claras e precisas: paz, terra, pão, autonomia para as nacionalidades não-russas, controle operário sobre a produção.

A história de fevereiro a outubro é a história de como o Governo Provisório foi incapaz de atender estas reivindicações. O problema é que esta incapacidade revelava-se frente a movimentos sociais que tinham adquirido organizações próprias: os *soviets* nas cidades, os comitês agrários no campo, os comitês de regimentos, os *soviets* de soldados, os comitês de fábricas etc. Os movimentos sociais poderiam tender, diante das vacilações do Governo Provisório, a efetivar as reivindicações através de suas próprias organizações.

Aqui, precisamente, se afirma o papel do partido bolchevique.

Os bolcheviques, desde abril de 1917, estimularam o povo a tomar em suas mãos a resolução dos problemas. Defenderam, juntamente com os anarquistas — mas estes eram pouco expressivos —, a entrega de todo o poder aos *soviets*. Tiveram, assim, condições de assumir a grande vaga do movimento social que, na defesa de seus interesses imediatos,

acabaria varrendo o Governo Provisório e o sistema capitalista que este encarnava.

A linha política bolchevique não foi deduzida dos princípios ou do programa fixado em 1903, mas resultou de uma luta sinuosa, polarizada por duas personalidades: Lenin e Kamenev.

Em abril, como se disse, a Conferência do partido aprovaria as teses de Lenin. Não aconteceu sem luta. Desde março, Kamenev e Stalin defendiam a colaboração crítica com o Governo Provisório. Censuraram as primeiras cartas de Lenin ao partido e combateram suas teses, quando publicadas. Sob direção de Kamenev, o partido chegara a cogitar de uma fusão com os mencheviques, retomando o processo de 1906. A vitória das teses de Lenin abortou a iniciativa.

Em setembro, segundo Lenin, os *soviets*, com maioria bolchevique, reganhariam a condição de órgãos revolucionários. Lenin exortaria o partido a dirigir a insurreição apoiado apenas nos *soviets* de Petrogrado e Moscou. O partido vacilava. Em 20 de setembro, os bolcheviques aprovavam, por 77 votos contra 50, a proposta de Kamenev de participar no pré-parlamento. Lenin, que não estivera presente, defendia o cerco da Conferência Democrática, a prisão de seus participantes e a tomada do poder pelos bolcheviques apoiados nos *soviets* em que já eram majoritários. Considerava "total idiotice" esperar pelo II Congresso dos *Soviets*. Era preciso derrotar Kerensky, depois o II Congresso seria convocado. Como a direção do partido permanecesse insensível,

Lenin passou a se dirigir diretamente às bases: "Esperar o II Congresso é um jogo infame de formalismo, é trair a revolução". Só em 5 de outubro o partido se retiraria do pré-parlamento. O caminho da insurreição estava aberto.

Em 10 de outubro, o Comitê Central, com a presença de Lenin, aprova por 10 a 2 (Kamenev e Zinoviev) a tese de que o partido deveria concentrar-se nas tarefas da insurreição. Kamenev argumentava que o partido não podia jogar "tudo" na insurreição e que os bolcheviques cresceriam num processo que combinasse a organização soviética e a Constituinte.

Mas Lenin não conseguiria aprovar uma data para a insurreição. Os opositores imaginavam diluir a proposta vencedora com o tempo. Foi necessária uma nova reunião, em 16 de outubro, para reafirmar a proposta do dia 10 e criar um "centro militar", formado por Sverdlov, Stalin, Dzerjinsky, Bubnov e Uritsky, com o objetivo de fazer a ligação entre o Comitê Militar Revolucionário do *Soviet* de Petrogrado, também controlado pelos bolcheviques e presidido por Trotsky, e o conjunto do partido.

Kamenev e Zinoviev, mais uma vez derrotados, não se constrangeram em denunciar publicamente os preparativos do partido. Lenin exigiria a expulsão de ambos, mas a proposta não passaria, e os dois dirigentes terminariam participando da insurreição. A vitória passaria uma esponja, provisória, nas divergências existentes.

Quais as bases políticas das divergências? Duas

questões principais se colocavam: o caráter da revolução e a relação partido/*soviets*.

Apesar da vitória das teses de Lenin, em abril, ainda havia resistências à visão de que chegara a hora da revolução socialista. A destruição do Governo Provisório significava a transição à fase socialista. A Rússia comportava o salto? Trotsky defendia-o como inevitável, desde 1906. Lenin o admitia como hipótese (cf. Cap. 2). Os dois se aliaram a partir de maio de 1917 e empolgariam o partido, mas sem eliminar as contradições.

Quanto à relação entre partido e *soviets*, Lenin, desde julho, evidenciara a opinião de que o partido, como depositário dos interesses históricos do proletariado, não podia vacilar diante da possibilidade de tomar o poder. As circunstâncias indicariam a forma do processo. Kamenev nunca abandonará a idéia de que a organização soviética deveria ser respeitada. Será o grande defensor, depois de outubro, de uma coligação com outros partidos socialistas. Trotsky ficava numa situação intermediária. Concordava com Lenin sobre o partido, mas a sua posição na presidência do *Soviet* permitia-lhe ver a inviabilidade da tomada do poder sem o aval dos *soviets*. O poder seria, afinal, tomado em nome do *Soviet* de Petrogrado, e o fato consumado foi apresentado ao II Congresso.

Os dirigentes não escondiam as opiniões sobre a relação partido/*soviets* no processo de tomada do poder. Trotsky diria que "era preciso um partido que arrancasse o poder à contra-revolução e dissesse (aos

soviets): eis aqui o poder, o vosso dever é tomá-lo". Lenin, citado por Reed, dizia: "O partido então diria (aos *soviets*): eis aqui o poder! Que vais fazer dele?" Stalin repetiria: "O Congresso do *Soviets* só recebeu o poder das mãos do *Soviet* de Petrogrado".

A antecipação do partido, agindo através do *Soviet* de Petrogrado, era justificada pelo fato de que a revolução estava ameaçada. Além disso, argumentava-se que a insurreição seria apenas o prólogo de um processo internacional. Se os operários europeus não se levantassem, os revolucionários russos seriam esmagados. Nenhum bolchevique imaginava uma vitória isolada na Rússia. Havia um outro argumento: qualquer partido que assumisse o poder e formulasse decretos consagrando as reivindicações populares seria imbatível, ao menos numa primeira fase. A prática comprovou totalmente a hipótese.

A vitória em outubro resultou da combinação da força social dos *soviets* e comitês agrários e da direção dos bolcheviques. A insurreição seria impensável sem os primeiros. Mas a intervenção bolchevique foi decisiva, sobretudo na execução da insurreição dos dias 24 e 25. E sem a insurreição o processo revolucionário talvez não se completasse.

Seria um erro, porém, identificar, em 1917, *soviets* e bolcheviques. Muitos delegados aderiram ao partido. Outros, no entanto, só o apoiavam enquanto corrente política no quadro dos *soviets*. E uma boa parte apoiava os *soviets* apesar dos bolcheviques.

Nada excluía uma eventual reviravolta: assim como a influência bolchevique crescera entre junho e outubro, poderia também declinar. Era uma virtualidade intrínseca ao caráter flexível da organização soviética.

Muitas questões se colocavam após o êxito da insurreição: como reagiriam os demais partidos socialistas? Os camponeses adeririam ao novo governo? E a Assembléia Constituinte? As eleições de novembro confirmariam outubro? E os operários europeus, escutariam o sinal da Rússia revolucionária? Viriam ajudá-la a construir um novo mundo, sem explorados e exploradores? Aos olhos dos dirigentes, todas as perguntas convergiam para uma última: os bolcheviques conservariam o poder?

A CONSOLIDAÇÃO DOS BOLCHEVIQUES NO PODER

A consolidação dos bolcheviques no poder passa por duas fases: a primeira vai até a assinatura da paz com a Alemanha. O período é marcado pela ampla aliança social que permitira a vitória em outubro. Depois da paz, a aliança será rompida e os bolcheviques se isolarão no leme do Estado. Quando a guerra civil terminar, no começo de 1921, os bolcheviques estarão firmes no poder, transformados em partido único.

Os decretos do II Congresso dos *Soviets* sobre a paz, a terra e o governo soviético foram acompanhados por outros sobre o controle operário e sobre as nacionalidades não-russas. Os bolcheviques asseguravam o apoio da maioria da população. Mas as dificuldades não tardariam...

A primeira questão, no plano interno, era compor o novo governo soviético. Ela se combinava com uma outra: as eleições para a Assembléia Constituinte, marcadas para 12 de novembro.

As conversações entre bolcheviques, SRs e mencheviques morreram nas preliminares. Os bolcheviques exigiam a aprovação dos decretos do II Congresso. Os outros partidos queriam discutir a legitimidade do Congresso. Os bolcheviques queriam adesões. Os outros partidos, igualdade de condições. Na verdade, SRs e mencheviques estavam confusos e sem coesão; os SRs ainda estavam divididos em duas alas, e os de esquerda apoiavam os bolcheviques e detinham a maioria dos comitês agrários.

As eleições para a Assembléia Constituinte passaram a ser a esperança da oposição aos bolcheviques. Os resultados não iriam decepcioná-la. Em pouco mais de 700 deputados, havia 410 SRs, a grande maioria hostil aos bolcheviques, 84 representantes dos grupos nacionais, contrários ao governo soviético, 17 *Kadetes*, 16 mencheviques e apenas 175 bolcheviques. Antes, porém, que fossem divulgados os resultados, realizara-se um acordo entre bolcheviques e SRs de esquerda, que haviam surgido como força política principal no congresso camponês realizado em novembro. Pelo acordo, o comitê executivo do congresso pan-russo dos *soviets*, eleito em outubro, seria ampliado, fortalecendo-se a representação dos SRs de esquerda que, além disso, ingressavam no governo, ocupando os comissariados do povo da Agricultura, da Justiça e dos Correios.

Em fins de novembro, com o resultado das eleições, a dualidade de poderes parecia renascer das cinzas: governo soviético e assembléia constituinte. No governo, os bolcheviques e os SRs de esquerda. Na constituinte, os partidos que questionavam a insurreição de outubro. Como explicar a situação?

Os bolcheviques alegavam que as listas de candidatos haviam sido feitas antes da insurreição e não tinham sido reformuladas depois deste fato capital. Além disso, a direção dos SRs, ligada à corrente de direita, escolhera nomes favoráveis a suas posições. Também argumentavam que o modo de escrutínio — individual e secreto — não expressava o que havia de mais combativo no processo revolucionário e subordinava a cidade ao campo, o que os bolcheviques consideravam intolerável, pois sua força estava nas cidades e — afirmavam — a classe operária é que tinha dirigido a revolução.

A alegação poderia ter ocorrido no II Congresso, quando se propusera o encaminhamento dos decretos à constituinte. Mas, naquele momento, a necessidade de ampliar a simpatia e o apoio impusera um comportamento cauteloso. A assembléia constituinte era uma velha aspiração dos socialistas e constava do programa do POSDR. Por isso fora confirmada a data das eleições. A situação, porém, evoluíra, e o governo soviético afrontava agora um poder hostil e legitimado por eleições.

Em dezembro, o governo elaborou uma Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado, sintetizando os atos do novo poder. Quando a assem-

bléia constituinte reuniu-se, em 5 de janeiro de 1918, exigiu-se dela um pronunciamento favorável à Declaração. A constituinte tergiversou, procurando ganhar tempo. Mas o seu era curto. Na madrugada de 6 de janeiro, alegando cansaço, os marinheiros da guarda anunciaram que os deputados precisavam interromper as deliberações porque as portas do Palácio iriam ser fechadas. Os deputados protestaram, mas se foram. Não haveria uma segunda sessão.

Dias depois reunia-se o III Congresso dos *Soviets*. Aprovou a Declaração recusada pela constituinte e a sua dissolução. O episódio confirmara a força dos *soviets* e da aliança entre bolcheviques e SRs de esquerda. E deixara a lição de que uma consulta democrática ao povo, baseada em voto direto e secreto, poderia criar problemas para os bolcheviques.

A aliança com os SRs de esquerda, porém, não duraria. As desconfianças mútuas tinham raízes sociais e políticas. Decidira-se, em novembro, a fusão dos congressos de operários, soldados e camponeses, mas a maioria dos deputados camponeses emitira reservas. O campo desconfiava da cidade. Ninguém ignorava que os bolcheviques viam o decreto sobre a terra como uma concessão tática. A tensão aumentaria com a aprovação da Lei sobre a Socialização da Terra. Reconhecia o decreto sobre a terra, mas afirmava o primado da exploração coletiva. Os comitês agrários transformavam-se em seções agrárias dos *soviets* rurais. As contradições se radicalizariam com a paz, em março de 1918.

Em outubro, aprovara-se uma paz sem anexações e indenizações. Tratados discutidos publicamente, condenação à diplomacia secreta. Mas as conversações iniciaram-se sem qualquer condição prévia e os bolcheviques acabariam cedendo às imposições dos alemães (cf. Cap. 7). Os SRs de esquerda protestaram e abandonaram o governo, mantendo-se porém, na estrutura soviética. A aliança estava por um fio. E o fio ameaçava romper-se.

Em outros campos, a polícia bolchevique também não contribuía para a ampliação das bases políticas e sociais do governo.

O decreto sobre o controle operário, de 14 de novembro de 1917, estabelecia uma estrutura de comitês de fábrica, semelhante à soviética, para regulamentar e planificar a economia nacional. Mas os bolcheviques viam o controle operário de um ângulo contábil, enquanto que muitos comitês de fábrica queriam decidir o que produzir e como distribuir. É certo que os bolcheviques dirigiam os comitês desde junho, mas o controle começava a ficar problemático. Em outubro de 1917, a quarta conferência dos comitês presenciara um enfrentamento entre anarquistas e mencheviques. Os primeiros exigiam para os comitês todas as tarefas de controle da produção e os segundos pretendiam converter os comitês em órgãos sindicais. Os bolcheviques definiram os comitês como órgãos de regulamentação da economia, integrados na estrutura sindical. O decreto sobre o controle operário confirmava em parte a orientação. Mas os bolcheviques não se sentiam mais à vontade

com os comitês. Em dezembro de 1917, criou-se o Conselho Superior da Economia Nacional — o VESENJA —, para organizar a economia e os recursos financeiros. O *VESENJA* acabaria dirigindo apenas a política industrial, com poderes legislativos e executivos. Os comitês de fábrica se integrariam no novo órgão.

O *VESENJA* assumira o controle dos comitês industriais, criados antes de fevereiro de 1917, transformando-os em comitês diretivos — os *glavkis*. Em janeiro de 1918 já existiam *glavkis* nos setores do couro, do papel, do açúcar, do sabão, do chá, da química e do têxtil. Em março, determinava-se, por decreto, a criação de um sistema de supervisão e de controle central, reconhecendo-se as funções de direção técnica na indústria. Desde então, os *glavkis* nomeavam comissários para supervisar as empresas sob seu controle. As bases operárias resistiam e não aceitavam os administradores nomeados de cima. A luta entre a iniciativa local e a centralização manifestava-se também na decisão de expropriar os patrões. A maioria das expropriações era realizada pelos operários e só depois confirmada pelo *VESENJA*.

Em junho de 1918, o governo decretaria a nacionalização dos setores industriais mais importantes: minas, metalurgia, têxtil, material elétrico, madeira, tabaco, vidro, óleos vegetais, cerâmica, couro, cimento, ferrovias, além de todas as fábricas movidas a vapor, com o objetivo de "fortalecer a ditadura da classe operária e do campesinato pobre".

A luta dos comitês de fábrica contra as estruturas centrais levaria os bolcheviques a privilegiar os sindicatos, que absorveriam os comitês de fábrica, colaborariam com o *VESENJA* e estariam vinculados ao Comissariado do Trabalho. Os sindicatos adaptavam-se melhor ao processo de centralização como auxiliares do Estado. Ao contrário dos comitês de fábrica, não haviam desempenhado nenhum papel entre fevereiro e outubro de 1917.

Os sindicatos assumiriam as tarefas impopulares de aumentar a produção e organizar a disciplina do trabalho. O VII Congresso do Partido Bolchevique, em março de 1918, exigiu medidas draconianas para elevar a disciplina de operários e camponeses. Os sindicatos fixavam normas de produção: o salário por peça e um sistema de prêmios materiais instilavam a desconfiança e a concorrência entre os operários.

Quanto à agricultura, a questão crucial era o abastecimento. A decisão de expropriar os especuladores não resolveu a situação. Os camponeses médios e ricos não se dispunham a trocar seus estoques por dinheiro que nada valia. Onde buscar o alimento? A fome rondava as cidades...

Que fazer? Os bolcheviques optaram pelos destacamentos de ferro, grupos de operários armados que iam ao campo descobrir celeiros de grãos, expropriá-los e enviá-los às cidades. O inimigo declarado era a burguesia rural, mas logo se passou à expropriação de camponeses médios e ricos. Os SRs de

esquerda protestaram em vão. Os decretos de 9 e 27 de maio autorizavam os destacamentos de ferro a empregar a força armada. O monopólio do comércio do trigo foi estendido aos objetos de primeira necessidade. Mas os bolcheviques não tinham raízes sociais no campo. Os destacamentos de ferro vinham de fora e seu êxito era necessariamente limitado. Onde encontrar uma base social rural para dar eficácia às requisições?

Era costume na Rússia definir o campesinato em três categorias. Os camponeses ricos — *kulaks* — detinham as melhores terras, instrumentos de trabalho, excedentes, animais e somas para empréstimo. Comercializavam boa parte da produção, assalariavam trabalhadores e arrendavam terras dos camponeses menos favorecidos. A seguir vinham os camponeses médios — *seredniaks*. Trabalhavam a terra com a família e ocasionalmente produziam excedentes. Em baixo, situavam-se os camponeses pobres — *bedniaks* —, sempre com déficits na produção de auto-consumo, obrigados a alugar sua força de trabalho ou arrendar seus pequenos lotes. Ora, a reforma agrária distribuíra aos camponeses a terra expropriada. Em 1918, estimava-se que 86% da terra encontrava-se com eles. O processo favorecera os *kulaks*, boa parte dos camponeses médios melhorara de sorte e muitos camponeses pobres tornaram-se camponeses médios. A maioria do campesinato, depois de outubro, passara à condição de camponês médio. Os camponeses pobres, porém, não haviam deixado de existir. Os bolcheviques se apoiariam neles para o

processo de requisições.

O quadro teórico estava elaborado desde 1905. Lenin definira que a aliança com o campesinato pobre seria o sinal da passagem para a revolução socialista. O decreto de 11 de junho de 1918 constituía comitês de camponeses pobres por aldeia, com participação nos organismos locais de abastecimento, sob direção estatal. Os novos comitês excluíam os kulaks e os que tivessem excedentes de cereais ou empregassem assalariados. A lei previa sua eleição, mas, na prática, foram nomeados pelas autoridades. Não deixava de ser uma inovação: uma força social revolucionária criada por decreto. Mas a medida foi eficaz a curto prazo. Os camponeses pobres participavam nas requisições e recebiam em troca uma proporção dos grãos descobertos ou mesmo pedaços das terras confiscadas aos "especuladores". Em fins de 1918, os bolcheviques revogariam o decreto, considerando-o artificial e ruinoso do ponto de vista das necessidades da guerra civil. Mas o mal estava feito. O decreto atingira em cheio o movimento camponês. Tornara-se difícil distinguir entre um *kulak* e um camponês médio, sobretudo porque este também tinha excedentes. O decreto melhorara a eficácia das requisições, mas criara bases sociais para uma oposição política radical. Os SRs de esquerda conclamaram à luta armada contra os bolcheviques. A ampla base conquistada em outubro fora comprometida pela sucessão de erros das requisições e dos comitês de camponeses pobres. Reconquistá-la seria uma dura tarefa...

O espectro da guerra civil não esperara os erros bolcheviques para aparecer. Os generais, desde fins de 1917, articulavam-se e procuravam o apoio dos cossacos e das forças estrangeiras em solo russo. Destacava-se o exército alemão que, apesar do tratado de paz, continuava sendo um fator de instabilidade. Os turcos pressionavam no Cáucaso. Havia pequenos destacamentos anglo-franceses ao sul e ao norte e os japoneses desembarcaram a leste.

A ação das forças brancas e das potências estrangeiras provocaria, cedo ou tarde, a guerra civil. Dois fatos viriam precipitá-la. O primeiro foi o levante da legião tcheca em maio de 1918. Eram 50 mil homens que lutavam na Rússia contra a Alemanha. Depois da paz, decidiu-se sua evacuação para a Europa. A legião espalhava-se a leste, tendo fortes concentrações de tropas na Sibéria Ocidental. Quando os bolcheviques tentaram desarmá-la, os tchecos se insurgiram, ocupando cidades e se transformando num temível instrumento militar contra o governo soviético. O segundo fato foi a insurreição dos SRs de esquerda. Começou em 6 de julho de 1918 com a eliminação do embaixador alemão e com a tentativa, abortada, de tomar o poder em Moscou e em várias outras cidades.

Em agosto de 1918 os bolcheviques lutavam em várias frentes, a situação parecia desesperada: a leste, a legião tcheca e as tropas do almirante Koltchack; ao norte, unidades anglo-francesas dominavam Murmansk e Arkhangelsk; ao sul, Denikin a os cossacos de Kaledin, com apoio francês, marchavam sobre

Moscou; a oeste, as tropas alemãs. Finalmente, no extremo-oriente, os japoneses. A Rússia revolucionária reduzia-se aos limites da Moscóvia medieval. O único alívio, até fins de 1918, foi a desintegração do exército alemão, determinada pelo início da revolução alemã e pelo armistício de novembro de 1918.

Em 1919, a balança de forças começaria a virar. Em julho, os anglo-franceses retiravam-se do litoral norte. Em novembro, a ofensiva de Yudenitch era derrotada nas cercanias de Petrogrado. Em dezembro, Denikin seria destroçado pelo exército vermelho. Em fins de 1919, a frente leste desmorona-se. A legião tcheca concorda em se retirar e o almirante Koltchack é preso e fuzilado nos primeiros dias de 1920.

Os brancos tentariam uma rearticulação em 1920. Wrangel retoma a frente sul, mas é vencido. Em abril, açulado pelos franceses, o general polonês Pilsudski invade a Ucrânia e toma Kiev. Mas o exército vermelho contra-ataca até as portas de Varsóvia. Será, afinal, obrigado a se retirar. Um armistício virá em outubro de 1920 e o tratado de paz será assinado em março de 1921. A guerra civil terminara. Como explicar a vitória bolchevique?

Durante a guerra civil, a política bolchevique para a classe operária acentuara os aspectos centralistas e antidemocráticos do primeiro semestre de 1918. O governo controlava o parque industrial e o dirigia por decretos do *VESENJA* e dos *glavkis*. A

guerra revivia princípios que se julgavam enterrados: o recurso aos técnicos do antigo regime e a direção pessoal. O exército vermelho recrutava ex-oficiais czaristas que se dispunham a lutar contra os brancos e as forças estrangeiras. O expediente se estenderia aos diversos setores da economia. Ressurgia a direção pessoal.

A absorção dos sindicatos pelo Estado consolida-se. Os sindicatos não precisavam ser independentes. Afinal, a classe operária não lutaria contra o seu próprio Estado... A simplicidade do raciocínio não constrange a maioria. O Estado multiplica campanhas de mobilização e enquadramento dos operários. Combinam-se estímulos materiais, morais e a coação. Criam-se os "sábados comunistas", em maio de 1919, e unidades de trabalhadores de choque, os *udarniks*.

As decisões sindicais são obrigatórias para todos e a repressão ameaça o abandono do trabalho, a propaganda pela redução da jornada de trabalho e a insubmissão à disciplina sindical. Organizam-se campos de trabalhos forçados, introduzindo-se o trabalho produtivo em campos de concentração. Tribunais disciplinares, em cada fábrica, punem a falta de pontualidade, o comportamento incorreto, a ausência do trabalho extraordinário aos sábados. A instituição da carteira de trabalho vincula compulsoriamente o trabalhador ao emprego.

A situação da classe operária é dramática. Os salários são devorados pela inflação. As rações são insuficientes. O mercado negro garante de 75 a 80%

do abastecimento das cidades. As fábricas tentam contornar a situação organizando granjas coletivas ou enviando destacamentos de ferro em busca de alimento, mas tais expedientes não resolvem o problema. Muitas empresas fecham por falta de combustíveis, matérias-primas etc. A classe operária desintegra-se: de cerca de 3 milhões, em 1917, passa a 1 240 000 pessoas em 1921, menos da metade. Os melhores elementos foram deslocados para o exército, a administração estatal ou o partido.

Em fins de 1920 abre-se a discussão sobre os sindicatos. Chliapnikov e Kollontai propõem a transformação dos sindicatos em órgãos de poder. Os operários devem dirigir o Estado e não estar subordinados aos aparelhos estatais. Trotsky apresenta a sinistra proposta de militarização do trabalho. A iniciativa já fora praticada com a transformação, em janeiro de 1920, do 3º exército dos Urais em 1º exército revolucionário do trabalho. Prevalece uma posição intermediária, defendida por Lenin — os sindicatos conservam funções de mobilização da classe operária, de estímulo ao trabalho, mantêm-se subordinados ao Estado, mas com uma margem de autonomia.

A situação dos camponeses era ligeiramente superior. Pelo menos comiam melhor que os operários. E houve um certo alívio com a revogação, em fins de 1918, do decreto dos comitês de camponeses pobres. Apesar das leis repressivas, tolerava-se o mercado

negro e o comércio privado. As requisições, porém, continuavam se abatendo sobre o campo.

As políticas adotadas durante a guerra civil foram chamadas de "comunismo de guerra". O desaparecimento da burguesia urbana e dos senhores de terra, a proibição legal do comércio privado — embora florescesse o mercado negro —, a liquidação da moeda, o pagamento de salários em gêneros, tudo isto criou a ilusão de que se chegara ao comunismo. Mas estas políticas criaram, ao menos, a concentração de recursos, o que contribuiria para a vitória na guerra civil.

Mas por que os camponeses e operários consentiram tantos sacrifícios?

Antes de tudo, é preciso não esquecer que houve contradições e lutas. As discussões, ásperas e violentas, no partido bolchevique são ecos fracos da revolta e do descontentamento entre os trabalhadores do campo e da cidade. Mas, por outro lado, continuava grande o prestígio dos bolcheviques e dos *soviets*. Apesar de desgastados pelas políticas centralistas, os *soviets*, sobretudo nos grandes centros, continuavam coesionando o povo. Finalmente, a única alternativa aos bolcheviques eram os generais brancos e a submissão às potências estrangeiras. De fato, os SRs de esquerda e demais partidos socialistas não conseguiram nunca firmar uma alternativa popular aos bolcheviques. Diluíram-se na frente reacionária, quando não foram dizimados pelos generais brancos,

que não faziam a menor diferença entre eles e os bolcheviques.

A vitória bolchevique também se explica pela heterogeneidade do campo inimigo. Nunca se formou uma frente unida contra o governo soviético. Cada general ambicionava converter-se em ditador da Rússia. A rigor, não passavam de reféns das potências estrangeiras que lhes davam apoio. E estas, por sua vez, paralisavam-se mutuamente em suas rivalidades.

Um fator suplementar não deixou de atuar: os povos da Europa ocidental estavam exaustos da guerra. Como convencê-los de que estavam defendendo a pátria na Rússia? A revolta da frota francesa no mar Negro foi um sinal que as burguesias européias registraram. Sobretudo porque se combinava com a agitação crescente na Alemanha, na Hungria, na Itália...

Camponeses e operários obedeceram a instinto seguro ao se coesionarem em torno do novo governo soviético. A contra-revolução branca restauraria todos os privilégios do czarismo e os bolcheviques associavam-se às conquistas de outubro. Mas tão logo a guerra civil chegou ao fim e o último general branco foi derrotado, começaram a estalar revoltas e greves contra as políticas bolcheviques. Soara o fim do comunismo de guerra. A NEP — Nova Política Econômica — despontava no horizonte.

É preciso ainda analisar a situação das nações não-russas e as transformações no Estado e no par-

tido bolchevique para que se tenha um quadro completo do período.

O movimento das nações não-russas contribuíra para a vitória de outubro. A Proclamação dos Direitos dos Povos da Rússia, em 2 de novembro de 1917, garantia os direitos nacionais, inclusive o direito de secessão. Mas não teria efeitos imediatos, pois, desde 1918, os povos não-russos estavam sob domínio dos brancos e das potências estrangeiras.

A situação era favorável aos bolcheviques. Suas ousadas proclamações e a criação do Comissariado para as nacionalidades atraíam a simpatia dos não-russos, cujos direitos nacionais eram ignorados pelos generais brancos. Ao mesmo tempo, os bolcheviques prometiam a distribuição das terras, e os povos "alógenos" eram majoritariamente camponeses. Ora, também neste aspecto, os brancos nada tinham a oferecer. Por isso, durante a guerra civil, as nações não-russas tendiam a apoiar o exército vermelho. Evidenciava-se o caráter social das reivindicações nacionais. As elites não-russas, que viviam em paz com o regime czarista, revelaram, de repente, um extremo ardor nacionalista: queriam separar-se do governo revolucionário pelo fato de não lhes interessar a ordem social soviética. De outro lado, o nacionalismo dos camponeses ligava-se ao interesse pelas terras dos senhores. É claro que as reivindicações nacionais tinham um estatuto próprio, embora muito diferenciado conforme o grupo nacional, mas seria

impossível ignorar o conteúdo social que a luta nacional adquiria face à guerra entre duas alternativas de ordem social.

Mais tarde, muitos bolcheviques passarão a defender a supressão do direito de secessão. Argumentava-se que o proletariado não tinha fronteiras e que a luta nacional era burguesa. Outros, mais sutis, alegavam que os trabalhadores é que deveriam exercer o direito à autodeterminação. Ora, seria inimaginável que quisessem separar-se do Estado dos operários, preferindo continuar sendo explorados... De fato, nenhum grupo nacional se separou da Rússia soviética e destruiu o capitalismo ao mesmo tempo. O campo ficou assim aberto para que o direito de secessão se convertesse em letra morta. Com a evolução da guerra civil, as regiões não-russas ocupadas pelo exército vermelho foram anexadas à Rússia soviética. Em 1919, constituíram-se as Repúblicas soviéticas da Ucrânia e da Rússia Branca. Na Ásia central, em abril de 1920, criou-se a República Khorezm, transformada depois em unidade autônoma da Rússia soviética. No Cáucaso, três pequenas repúblicas soviéticas criadas entre abril de 1920 e fevereiro de 1921 (Azerbaidjão, Armênia e Geórgia) foram constrangidas, um ano depois, a se transformarem numa única república: a República Socialista Soviética da Transcaucásia... Na Sibéria a criação da República do Extremo-Oriente acabaria sendo incorporada a Rússia Soviética.

A Constituição da URSS — União das Repúblicas Socialistas Soviéticas — consagraria o pro-

cesso. À União competiria organizar determinados Comissariados — Relações Externas, Defesa, Comércio Externo, Comunicações, Conselho Supremo da Economia Nacional, Inspeção Operário-Camponesa e Polícia Política. Cada República organizaria a Justiça, Educação, Saúde e Nacionalidades. Na prática os comissariados de cada República tornavam-se órgãos executivos regionais. A força de certos aparelhos — exército vermelho, sindicatos e, sobretudo, o partido bolchevique — contribuía para a uniformização dos padrões.

O arcabouço formalmente complexo da URSS não era mera cortina de fumaça, mas não seria capaz de eliminar o chauvinismo grão-russo, tão execrado por Lenin, e também não tinha nada a ver com os sonhos revolucionários de união voluntária de povos e nações livres.

As políticas bolcheviques relativas aos operários, camponeses e nações não-russas corresponderam ao esvaziamento da estrutura soviética. O processo foi anterior à guerra civil, mas acentuou-se com esta.

A estrutura soviética consistia num sistema piramidal de conselhos. A base era formada pelos *soviets* de fábricas, nas cidades, ou de aldeias, no campo. Níveis sucessivos estabeleciam-se a partir de então. Nas cidades, *soviets* de bairros e de cidades. No campo, *soviets* de distrito e de província. O conjunto era coroado pelo Congresso de *soviets* de operários,

soldados e camponeses, órgão supremo e soberano, que elegia um Comitê Executivo que, por sua vez, designava um Conselho dos Comissários do Povo — CCP —, o governo efetivo do país. Assim rezava a Constituição de 1918.

A primeira ressalva a ser feita é quanto ao caráter fictício da estrutura soviética no campo. As autênticas organizações rurais eram os comitês agrários. Posteriormente à revolução, a legislação estendeu os *soviets* a todo o país, mas eles foram sempre uma organização essencialmente urbana. Num país agrário, era uma debilidade séria.

Os *soviets* eram uma organização política, democrática e aberta aos partidos socialistas e populares, excluindo os patrões e os partidos burgueses. Os deputados eleitos podiam ser revogados a qualquer momento por suas bases eleitorais e os congressos reuniam-se trimestralmente. Os *soviets* apresentavam características originais quanto à organização interna: concentravam poderes legislativos e executivos em todos os seus órgãos, e suas direções eram eleitas numa base proporcional à força de cada partido. Os deputados eleitos conservavam seus salários.

Os *soviets*, a partir de 1918, sofreriam um duplo processo de esvaziamento: a autonomização dos órgãos executivos em relação aos congressos e dos órgãos centrais em relação aos locais. Outro aspecto, mais grave, é que a própria estrutura soviética, como um todo, começou a perder terreno para estruturas estatais herdadas do antigo regime, como os minis-

térios, ou criadas recentemente, como o *VESENJA*, que funcionavam fora do controle do aparelho soviético. O esvaziamento completou-se quando se tornou claro que a direção da sociedade pertencia ao Partido Comunista — bolchevique — Russo.

É verdade que os congressos soviéticos sucedem-se sem interrupção: seis congressos entre 1918 e 1920. Mas de trimestrais passam a anuais e, mais tarde, só se realizam de dois em dois anos. Os órgãos executivos começariam a funcionar sem os congressos, que se limitam a ratificar atos já decididos. A Constituição da URSS foi aprovada num Congresso Soviético... seis meses depois de já ter entrado em vigor.

A perda de substância dos *soviets* corresponde à evolução que levou o partido bolchevique a partido único. No primeiro semestre de 1918, os anarquistas, SRs de direita e mencheviques foram praticamente excluídos da estrutura soviética. Em julho, em represália aos atos hostis, chegaria a vez dos SRs de esquerda. A guerra civil levaria os bolcheviques a atitudes mais tolerantes com os partidos que tomassem posição contra as forças brancas. Em novembro de 1918 e fevereiro de 1919, mencheviques e SRs de esquerda seriam readmitidos nos *soviets*. Mas já não passam de espectros de partidos, sempre às voltas com a polícia política. Em dezembro de 1920, o VIII Congresso dos *soviets* assistiria ainda à participação de mencheviques e SRs. Sem direito a voto, naturalmente. Os *soviets* se transformavam no parlamento da unanimidade.

O partido bolchevique concentrava o monopólio da decisão. Tudo é decidido previamente em seus órgãos antes de passar às instâncias soviéticas ou sindicais. Estas nunca derrotam as resoluções do partido.

A evolução não foi linear, várias dissidências surgiriam entre os bolcheviques até 1921. Em 1918, os comunistas de esquerda se oporiam à paz; em 1919, a oposição militar criticaria os excessos centralistas do exército vermelho; em 1920 o grupo centralismo-democrático denunciará os rigores centralistas. Em fins de 1920 surgiria a oposição operária, lutando pelo fortalecimento dos sindicatos. Mas as dissidências nunca tiveram expressão. Mesmo assim seriam perseguidas com intolerância. O partido internalizava o processo antidemocrático da sociedade.

O partido bolchevique passaria também a viver a autonomização dos órgãos executivos. Em 1919 três órgãos seriam criados: o Gabinete Político, o Gabinete de Organização e o Secretariado, para viabilizar o trabalho do Comitê Central. Na prática, assumiriam o controle do partido.

Em 1921 é aprovada uma linha de combate ao "fracionismo". O Comitê Central é autorizado a expulsar seus próprios membros, desde que por maioria de 2/3. A discussão pública das divergências internas é considerada um luxo que não se pode tolerar, tendo em vista as ameaças externas e internas. O paradoxal é que a guerra civil acabara de ser vencida...

O partido define suas relações com os *soviets*:

"O partido comunista tem de conquistar o domínio político integral dos *soviets* e o controle prático do conjunto de seu trabalho" (1919). Zinoviev diria: "O partido aplica suas decisões através dos *soviets* ... inteligentemente, é claro, e com tato, sem pisar nos calos das instituições soviéticas". Não se constrangeu em dizer publicamente que a ditadura da classe operária só poderia ser garantida sob a forma da ditadura de sua vanguarda, o partido comunista. O partido não assumiria esta última fórmula, talvez para "não pisar os calos dos *soviets*", mas ela exprimira uma realidade.

Como explicar o esvaziamento das instituições soviéticas?

A questão é controvertida.

Alguns sustentam que a política centralista era inevitável, imposta pelas necessidades militares e pelas urgências econômicas. O problema é que a centralização começa *antes* da guerra civil e se acentua *depois* dela. Outros afirmam que o isolamento internacional determinou o processo. O mito da "fortaleza cercada" começou em 1918. Há teses que falam da desintegração da classe operária. O desaparecimento físico de boa parte da base social da revolução explicaria a debilidade dos *soviets*. Há os que argumentam com as contradições objetivas existentes entre os interesses imediatos do povo que fez a revolução e o projeto histórico do partido bolchevique — a construção do socialismo. A submissão do projeto histórico à vontade do povo dificilmente conseguiria empolgar a maioria, principalmente a maioria dos

camponeses. Os *soviets*, dinâmicos e flexíveis, poderiam mostrar-se incompatíveis com o projeto socialista. Era preciso limitá-los. Foram então os bolcheviques os responsáveis pelo esvaziamento dos *soviets*? Ou o processo revelaria a falta de amadurecimento das condições russas para o "salto" da etapa burguesa, como queria Kamenev? Mas não fora a própria burguesia que se revelara incapaz de absorver as reivindicações dos movimentos sociais em 1917?

É provável que cada uma destas teses contenha uma parte da verdade. A questão do esvaziamento dos *soviets* permanece atual para todos os que se interessam pela existência e fortalecimento da democracia.

A Rússia revolucionária estava arrasada depois da guerra civil. Os dados disponíveis apontam um quadro sombrio.

A produção industrial baixara de forma assustadora. Para o índice 100, relativo a 1913, a situação em 1920 apresentava o seguinte quadro: tecidos de algodão: 5,1 sal: 30,0; fósforos: 14,2; cimento: 3,1; tijolos: 2,1; charruas: 13,3; máquinas e implementos agrícolas: 3,2; ferro fundido: 2,4; extração de minério de ferro: 1,6; de carvão: 27,0.

As cidades se esvaziavam: a população de 40 capitais provinciais, em média, diminuíra de 33% entre 1917 e 1920. Petrogrado perdera 57,5% de sua população. Moscou, 44,5%.

A produção agropecuária estava em queda livre:

os produtos agrícolas para fins industriais, de um índice 100, em 1913, estavam na seguinte situação: fumo: 10; algodão: 10; cânhamo: 10; beterrabas: 8/15; linho: 25. A criação de gado também sofrera: cavalos: 75; gado bovino: 79; gado ovino: 55; gado porcino: 72. A queda da colheita de cereais apontava para a fome: de uma produção bruta, em 1913, equivalente a 96 milhões de toneladas, caíra para 35 milhões em 1921, baixando o rendimento médio por hectare em quase metade.

As exportações, em milhões de rublos antes da guerra, caíram de 1 307, em 1913, para 133, em 1922. Entre 1918 e 1920, o comércio internacional praticamente cessara. Não é difícil imaginar as conseqüências num país dependente do mercado internacional.

A evolução da população é impressionante: cerca de dois milhões de déficit absoluto, entre 1913 e 1923. Se considerarmos que havia um crescimento médio de 2 milhões de habitantes, anualmente, o déficit relativo chega a 22 milhões.

Foi nestas condições que a Rússia, isolada internacionalmente, iniciou a construção do socialismo.

A REVOLUÇÃO RUSSA E O MUNDO 1917–1921

Segundo a concepção dos bolcheviques, a Rússia revolucionária não sobreviveria isoladamente e o mundo marchava para a revolução internacional. O centro de atenções era a Europa, particularmente a Alemanha; o resto, não se esclarecia bem como, viria a reboque.

Uma vez no poder, os revolucionários defrontaram-se com uma dura realidade: os exércitos alemães ocupavam boa parte do território russo e as alianças estabelecidas exigiam a permanência na guerra. Os bolcheviques responderam com o decreto sobre a paz, sem anexações e indenizações, e a denúncia dos tratados que mantinham a Rússia ligada às potências da *Entente*. Além disso, publicaram os tratados secretos firmados pelos regimes anteriores. Esperava-se que o proletariado internacional obrigasse os governos capitalistas a aceitar estas propos-

tas. O decreto sobre a paz, entretanto, preocupado em garantir o fim da guerra, precavia-se contra hipóteses imprevistas e era dirigido "aos povos e aos governos" dos países beligerantes. Ou seja, enquanto e se o apelo não fosse ouvido pelos operários, os soviéticos se sentariam à mesa com os governos capitalistas. A atitude dos bolcheviques era sensata: nenhum governo se manteria na Rússia se não assinasse a paz. Sem contar o temor de que as potências capitalistas, face à vitória da insurreição de outubro, concluíssem a paz entre si e viessem esmagar e colonizar a Rússia.

A situação era delicada e exigia uma política flexível.

As conversações com os alemães começaram em novembro. Um armistício foi assinado em 2 de dezembro. Ainda neste mês iniciaram-se as negociações para um tratado de paz. França e Inglaterra não quiseram participar e denunciaram o fato como uma violação dos acordos de 1914. Os bolcheviques tentaram jogar com as rivalidades entre as potências capitalistas em guerra, mas a *Entente* foi inflexível, preferindo dedicar-se a um outro jogo: a subversão da ordem revolucionária na Rússia.

Frente a frente com os alemães, os bolcheviques insistiram numa paz sem anexações e indenizações. Mas os alemães impunham uma paz humilhante, compreendendo a separação da Ucrânia, a independência da Geórgia, dos Estados bálticos, de uma Polônia germanizada e da Finlândia. Os bolcheviques recusariam a proposta em janeiro. Lenin fora

Viva a vanguarda da Revolução — a Marinha Vermelha.
(In: 1917 — A Revolução Mês a Mês, *A. Nenarokov, Civilização Brasileira.*)

derrotado. Opinava que o Estado soviético não teria forças para conter o imperialismo alemão e que seria melhor aceitar quaisquer condições e salvar a revolução na Rússia.

Prevaleceu, porém, uma curiosa posição, defendida por Trotsky. A Rússia soviética não assinaria o acordo, mas também não faria a guerra, desmobilizando o exército. Imaginava-se que o imperialismo alemão não teria forças para prosseguir o avanço militar, e, se o tentasse, seria detido pelos soldados e pelos operários alemães. Reconhecia-se a impossibilidade da defesa, mas se recusava uma paz contrária aos princípios bolcheviques. Bukharin advogava a resistência desesperada: uma guerra revolucionária. Acreditava que o povo russo compreenderia a diferença entre a guerra conduzida pelo Governo Provisório antes de outubro e a guerra que lhe seria imposta agora pelos alemães. Tratava-se de defender as conquistas consagradas em outubro, e, sobretudo, da fidelidade à revolução internacional. Lenin admitia a humilhação, mas argumentava que a revolução rasgaria o tratado quando recobrasse forças. A guerra continuava no ocidente e os operários alemães poderiam ainda levantar-se. Neste caso, eles próprios anulariam o tratado.

A vitória da posição de Trotsky levou ao abandono das conversações em 28 de janeiro de 1918. Uma semana depois, os alemães começaram uma ofensiva geral. As tropas invasoras, ao contrário das previsões de Trotsky, avançaram e em ordem. O proletariado alemão não se lavantava. O CC dos

bolcheviques tornou a se reunir e aprovou, contrariado, a proposta de Lenin por 7 votos a 4, com 4 abstenções. Os termos do acordo ficaram mais desfavoráveis, mas a paz foi assinada em 3 de março. Pouco depois, seria ratificada pelo VII Congresso dos bolcheviques e pelo IV Congresso dos *Soviets*.

Lenin afirmava que a salvação do Estado soviético interessava ao proletariado internacional. E acusava os bolcheviques partidários da guerra revolucionária de "patriotas", por não compreenderem que era preciso assinar um tratado prejudicial aos interesses de seu próprio país. A argumentação era sutil. Mas ficou na maioria a penosa impressão de que surgira uma contradição imprevista entre os interesses do jovem Estado soviético e os interesses do movimento revolucionário internacional. E os bolcheviques haviam optado pela salvação do Estado soviético.

A guerra, porém, continuava na Europa e mantinha viva a esperança de uma revolução mundial. O primeiro embaixador bolchevique em Berlim estimulava a combatividade revolucionária das correntes à esquerda do Partido Social-Democrata alemão.

Entretanto, as necessidades imediatas fizeram com que o Estado soviético tornasse a enveredar por atalhos imprevistos. A partir de maio de 1918, iniciavam-se negociações entre soviéticos e alemães para o restabelecimento de relações comerciais normais. Dois meses mais tarde, a diplomacia soviética assinaria os primeiros acordos secretos: a denúncia destes métodos não completara ainda um ano.

A Alemanha comprometia-se a evacuar a Rússia Branca, a suspender a ajuda à contra-revolução na Rússia, e a cooperar, se fosse o caso, na expulsão das tropas da *Entente* de território russo. Os soviéticos reconheciam a independência da Estônia, da Lituânia e da Geórgia, comprometiam-se a pagar uma indenização de 6 bilhões de marcos e abriam as portas para a cooperação comercial. A Rússia tinha urgência de produtos, principalmente carvão. O recurso aos tratados secretos fora um expediente mais tortuoso que a paz. Enfatizava-se, mais uma vez, a necessidade de salvar a revolução.

A partir de agosto de 1918, com a guerra civil, as comunicações de Moscou com o resto do mundo tornaram-se precárias e a política internacional resumia-se a proclamações pela revolução mundial. Em fins do mesmo ano, a desagregação do Império alemão pareceu, num certo momento, confirmar as previsões bolcheviques. Mas a esperança durou pouco. Os operários alemães preferiram contentar-se com uma Assembléia Constituinte. A social-democracia alemã não se entusiasmara com a hipótese de uma revolução.

O ano de 1919 foi dramático. O governo soviético estava sendo sangrado pela coligação das potências capitalistas e pelos generais brancos. Surgiria então a III Internacional Comunista. A convocação do congresso de fundação, publicada em 24 de janeiro, vinha assinada pelos partidos comunistas russo, polonês, húngaro, austríaco, letão, finlandês, pela Federação Social-Democrata Revolucionária dos

Bálcãs e pelo Partido Socialista Operário norte-americano. O congresso teria o objetivo de criar um Centro Internacional para dirigir a revolução mundial. O congresso contaria com a presença de 50 delegados, representando 19 países, quando se reuniu em 4 de março de 1919. Na verdade, tratava-se de uma constelação de pequenos grupos e partidos em torno do partido bolchevique e do Estado soviético.

Mas os bolcheviques estavam resolvidos a tornar a Internacional Comunista — IC — uma organização de fato. Consideravam a social-democracia incapaz de promover a revolução. Era preciso construir um estado-maior internacional e estimular a criação de partidos revolucionários. A revolução estava madura, faltavam as condições subjetivas, os partidos: a IC supriria a lacuna. Nada parecia mais natural que os bolcheviques assumissem a direção — governavam um Estado, tinham recursos e já haviam provado sua capacidade revolucionária. Além disso, continuava prevalecendo a tese de que a salvação da revolução russa e a revolução internacional formavam um todo indissociável de interesses harmônicos.

A tese de que a revolução estava madura quase se confirmaria. Em março de 1919 uma república soviética foi proclamada em Budapest. Em abril o mesmo ocorreria na Baviera. Mas ambas as experiências duram pouco: seriam esmagadas, na Baviera, em maio, e em agosto, na Hungria. Em junho, uma insurreição é derrotada em Viena. O movimento revolucionário identificado com os bolcheviques faz

progressos na Itália, na França, na Noruega. Mas o fim da guerra parece ter apaziguado os ânimos.

A Rússia revolucionária estaria condenada ao isolamento?

O fato é que estava provando a sua capacidade de sobrevivência. A política externa recobraria o duplo caráter que já demonstrara no primeiro semestre de 1918: de um lado, contatos com os Estados capitalistas, procurando o máximo de vantagens, jogando com as rivalidades das potências. De outro lado, estímulos aos movimentos revolucionários em escala internacional.

Desde fins de 1919, os soviéticos retomariam contatos com os Estados capitalistas europeus. Em fevereiro de 1920, assinou-se um acordo sobre repatriação de prisioneiros de guerra com a Inglaterra. Em janeiro do mesmo ano, retomaram-se negociações comerciais. Em maio, um primeiro acordo seria celebrado com um país capitalista, a Suécia.

Mas os bolcheviques continuavam estimulando o movimento revolucionário. Em julho de 1920, realizar-se-ia o II Congresso da IC, em Moscou, com mais de 200 delegados, representando 35 países. Os partidos nacionais eram concebidos como seções locais, subordinadas, em todas as questões relevantes, inclusive na designação de suas direções políticas e na sua estruturação interna, ao centro internacional, constituído pelo Comitê Executivo da IC. O modelo de organização do Partido Comunista russo inspirava o conjunto, aprovando-se 21 condições a que todos os partidos deveriam submeter-se para ingressar ou permanecer na IC. Entre outras coisas, cada partido deveria lutar contra as práticas e a teoria da social-democracia, propagar a revolução proletária e a ditadura do proletariado, combinar o trabalho legal e o ilegal, preparar organizações clandestinas etc. Do ponto de vista organizativo, recomendava-se uma disciplina férrea. Todos os que votassem contra estas condições deveriam ser expulsos dos partidos já vinculados à IC ou dos que pretendessem tal vinculação no futuro. A revolução exigia uma sólida organização de vanguarda, que evitasse a diluição da II Internacional. Os interesses do Estado soviético eram, mais uma vez, identificados com os da revolução mundial. A defesa da Rússia soviética era uma tarefa prioritária.

A presença de comunistas asiáticos e a discussão da situação da Ásia e dos países dominados pelo capitalismo europeu constituíram fatos novos no II Congresso da IC. Também aqui a política bolchevique assumia uma dupla face: de um lado, apoio a todos os Estados que lutassem contra as potências capitalistas. De outro, apoio aos movimentos revolucionários dos países coloniais ou semicoloniais. Neste ponto a visão novamente se bifurcava: era necessário apoiar as burguesias "nacionais" ou "progressistas", sem deixar de ajudar os movimentos operários e camponeses, incentivando a criação de partidos comunistas ligados à IC e a formação de frentes políticas entre a burguesia e o proletariado de cada país. Os bolcheviques eram europocentristas, tendiam a ver o mundo segundo as etapas revolucio-

nárias que a Europa conhecera. Afirmava-se também que somente a revolução proletária nos países capitalistas avançados seria decisiva para libertar os países considerados atrasados.

Algumas vozes, porém, vieram perturbar a paz destas idéias. O indiano Roy argumentava que a revolução nos países capitalistas avançados é que dependia da revolução dos países dominados. Nestes, a burguesia seria incapaz de conduzir um processo revolucionário, em virtude de sua dependência do mercado internacional. Daí a necessidade de o movimento comunista formar e organizar os operários e camponeses na luta contra o imperialismo. A revolução vitoriosa nos países dominados pelo imperialismo poderia evitar o trânsito pelo capitalismo. As afirmações provocaram espanto, mas foram derrotadas.

O II Congresso da IC formou uma sólida organização com uma linha flexível, muito útil aos movimentos do Estado soviético no complicado jogo das relações internacionais. É certo que já se murmurava contra as sutilezas das manobras do Estado soviético. Na Pérsia, na Turquia e na China a direção da IC mantinha um nível tão diversificado de contatos e de compromissos, que já não se sabia se sua atuação estava voltada para o fortalecimento do movimento revolucionário ou se para o crescimento da influência do Estado soviético. Mas a premissa de que a existência do Estado soviético era a melhor garantia da revolução internacional calava os mais críticos.

A paz assinada em março de 1921 com a Polônia

e as novas derrotas da revolução alemã — em 1920 e 1921 — mostraram aos mais realistas que a Rússia soviética estava isolada, pelo menos por algum tempo. Algo falhara nas previsões teóricas.

A dependência do mercado internacional e necessidades de toda ordem impulsionavam o Estado soviético a uma linha de coexistência pacífica com os Estados capitalistas. Era uma lógica de compromisso. Exemplificada pelos acordos comerciais com a Inglaterra, em fevereiro de 1921, e pelos acordos militares secretos com a Alemanha, desde setembro do mesmo ano. A outra face da moeda era a visão de que a revolução russa fazia parte de uma revolução mundial. Era uma lógica revolucionária.

E se a lógica de compromisso entrasse em contradição com a lógica revolucionária? Os bolcheviques responderam que a hipótesse era absurda em si mesma. Defender o Estado soviético era defender a revolução mundial e vice-versa.

Mas a realidade foi mais complexa. Contradições entre estes interesses surgiram e se tornaram duráveis. Compreendê-las seria uma experiência amarga para os revolucionários de todo o mundo e para os próprios bolcheviques...

RUMO AO SOCIALISMO NUM SÓ PAÍS

Em 1921 o povo estava exausto.

Os camponeses haviam conquistado a terra. Os povos não-russos, o reconhecimento de seus direitos nacionais, embora muitos deles só existissem no papel. A classe operária desintegrara-se, passara por inauditas privações, mas o futuro lhe pertencia, ao menos teoricamente. Uma certa estabilidade parecia ganhar a Rússia, sobretudo depois que a Nova Política Econômica — a NEP — começou a ser aplicada. Ela fora arrancada aos bolcheviques pelas insurreições camponesas e pelas greves operárias de 1920-1921. Mas o fato é que aplacara os ânimos.

A Rússia estava arrasada. Era preciso recomeçar, reconstruir, refazer. Em termos imediatos, a única vantagem era o seu atraso. A produção agrícola poderia retomar rapidamente os níveis de 1913 se os braços camponeses se pusessem novamente a

trabalhar. Era este o objetivo principal da NEP.

Mas, e a produção industrial? Como reerguê-la? Aqui a Rússia dependia do mercado internacional, dominado pelas potências capitalistas hostis.

A revolução mundial não acontecera.

Uma sociedade agrária, com a estrutura industrial arrasada, isolada no mundo. Que fazer?

Os bolcheviques tinham um modelo insurrecional de tomada do poder e confiavam nele. Mas faltavam experiências e modelos de construção do socialismo.

Os bolcheviques estavam sós e sem ilusões: continuariam sós. As circunstâncias e os seus erros os haviam levado a isto. Vanguarda nenhuma fora tão combativa, sonhara tão alto ou assaltara o céu com tamanha determinação. Mas isto seria suficiente para construir o socialismo num só país?

INDICAÇÕES PARA LEITURA

Começaríamos com as obras de caráter mais abrangente. Carr, E. H. — *A revolução bolchevique, 1917/1923*, em 3 volumes, analisa os primeiros anos da Rússia revolucionária dos pontos de vista político-constitucional, econômico e internacional. Para os dois primeiros volumes há uma tradução portuguesa, Ed. Afrontamento, Porto, 1977. O terceiro pode ser encontrado em espanhol, Ed. Alianza, Madri, 1974, em francês, Ed. Minuit, 1969, ou em inglês, Ed. Penguin, 1966. Carr trabalha com fontes russas e demonstra abertura na análise dos problemas e das contradições da revolução. Recentemente, publicou-se no Brasil um resumo de sua obra: *A revolução russa de Lenin a Stalin — 1917/1929*, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

Destacaríamos também Ferro, M. — *La Révolution de 1917*, em 2 volumes, Ed. Aubier, Paris, 1976; e *A Revolução Russa de 1917*, Ed. Perspectiva,

São Paulo, 1975. A crítica das mitologias, as hipóteses originais e a exposição das questões controvertidas tornam estimulante a leitura destas obras. A coleção dirigida por R. Portal, *La Russie*, em 4 volumes, Ed. Hatier, Paris, é interessante pelas indicações bibliográficas e pelo estudo das bases históricas da formação social russa. Medvedev, R., — *Era inevitável a revolução russa?*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1978, estuda o período que vai até o início da guerra civil. O autor trabalha com arquivos inéditos e testemunhos pessoais. A nível de depoimento pessoal, registram-se as obras clássicas de Reed, J. — *Os dez dias que abalaram o mundo*, em sucessivas traduções portuguesas e brasileiras, e de Trotsky, L. — *História da revolução russa*, tradução sofrível da Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, e a versão francesa, Ed. Seuil, em 2 volumes, Paris, 1959; e *1905, Resultados y Perspectivas*, Ed. Ruedo Ibérico, Paris, 1971. Reed faz uma reportagem apaixonada e simpática. Trotsky tende a subestimar o papel do partido bolchevique. Mencione-se também o trabalho de Ellenstein, J., em 4 volumes — *A história da URSS*, Ed. Europa-América, Lisboa, 1976, com o ponto de vista eurocomunista. E a obra de Bettelheim, C. — *As lutas de classe na URSS — 1917-1923*, Ed. Paz e Terra. A leitura seletiva de Bettelheim, decidido a provar suas hipóteses e a salvar Lenin do incêndio, não chega a comprometer a obra, cujo maior mérito é a tentativa de analisar os acontecimentos a partir das diversas conjunturas das lutas de classe.

Para quem se interessar pela história do partido bolchevique, recomenda-se Broué, P. — *Le parti bolchévique*, Ed. Minuit, Paris, 1963, e Haupt, G. — *Les bolchéviques par eux-mêmes*, Ed. Maspero, Paris, 1969. O conhecimento das personalidades poderá ser aprofundado nas duas biografias de Deutscher, I. — *Trotsky*, Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, e *Stalin*, Oxford University Press, Londres, 1949, ou Ed. Gallimard, Paris, 1953.

Não esquecendo, é óbvio, as obras de Lenin, Trotsky e Stalin.

De Lenin, *Obras Escolhidas*, 3 volumes, Ed. Progresso, Moscou, 1968, recomendaríamos "Que Fazer?" — "Um passo adiante, dois atrás" — "Duas Táticas da Social-Democracia" — "O Estado e a Revolução" — "As tarefas imediatas do poder dos *soviets*" — "Sobre os sindicatos" — "A doença infantil do comunismo, o esquerdismo". Stalin escrevia pouco até 1921. Lembraríamos *Marxismo e a questão nacional*, Ed. Cadernos Peninsulares, Lisboa, 1976. De Trotsky, além dos citados, restaria *Ecrits Militaires*, Ed. Minuit, Paris.

As relações internacionais estão estudadas por Claudin, F. — *La crisis del Movimiento Comunista*, Ed. Ruedo Ibérico, Paris, 1970. Um trabalho criterioso, profundo, sem mistificações.

Para a compreensão das organizações populares, leia-se Anweiller, O. — *Les soviets en Russie*, Ed. Gallimard, Paris, 1972. Em Grosskopt, S. — *L'alliance ouvrière et paysanne en URSS*, Ed. Maspero, Paris, 1976, encontram-se dados econômicos

sobre a produção agrícola e industrial.

O quadro que tentamos estudar não ficaria completo sem os grandes ficcionistas: Turgueniev, Dostoiewski, Tolstoi, Gorki, entre outros. Como se sabe, a vida imita a arte, e os grandes escritores desvendam melhor a realidade do que os mais competentes cientistas sociais.

Sobre o Autor

Daniel Aarão Reis Filho nasceu no Rio de Janeiro em 1946. Graduou-se no exílio em História pela Universidade de Paris VII, Jussieu, onde também fez seu mestrado, defendendo tese sobre a evolução do Estado no Brasil.

Foi professor (1976-1979) de História Contemporânea (História das Revoluções Socialistas), na Universidade Eduardo Mondlane em Moçambique, onde foi também chefe do Departamento de História.

De volta ao Brasil, em setembro de 1979 trabalhou no Departamento de História da EIAP (Escola Interamericana de Administração Pública), onde desenvolveu um trabalho sobre a política governamental em relação à produção de alimentos (1955-1974).

Prestou concurso para professor assistente de História Contemporânea na UFF, sendo admitido.

Outubro de 1917, o outubro vermelho, o mês da revolução. Enquanto as potências européias se afundavam ainda mais nas trincheiras da Primeira Grande Guerra, os bolcheviques, liderados por Lenin e Trotsky, dão um passo à frente na História. Ao tomar o poder na Rússia czarista, fazem a primeira revolução socialista da história da humanidade e, assim, iniciam a construção de um país novo, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

brasiliense

ISBN: 85-11-02061-6